

José Machado Pais

Família, sexualidade e religião*

1. INTRODUÇÃO

O itinerário do estudo cujos resultados me proponho aqui apresentar afasta-se, de certo modo, da tradicional sucessão de etapas de um processo de investigação. Com efeito, não tendo participado na discussão das hipóteses de investigação que terão estado na base da elaboração do Inquérito sobre os Valores e Atitudes dos Jovens Portugueses, levado a cabo pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, vejo-me constrangido a tomar como «factos» os resultados desse mesmo Inquérito. Quer isto dizer que mais não posso fazer do que argumentar sociologicamente sobre esses mesmos resultados, ao mesmo tempo que, por vezes, tentarei contrariar o velho aforismo segundo o qual «contra factos não há argumentos».

Algumas interpretações e hipóteses de investigação não confirmadas e que ousei alinhar devem ser tomadas a título meramente especulativo, sujeitas, pois, a uma validação posterior. O tipo de quadros estatísticos utilizados e que servem de suporte à comunicação referem-se a distribuições percentuais multivariáveis que permitem, por conseguinte, examinar a distribuição percentual de uma variável (dependente) em cada uma das diferentes categorias de outra variável (independente)¹.

Optámos, entretanto, por quadros multivariáveis com base em percentagens, em vez de frequências absolutas, uma vez que tal opção facilita a realização de comparações numéricas entre as distribuições condicionais que se desejem comparar. Por outro lado, recorreu-se fundamentalmente a quadros cujas percentagens foram calculadas no sentido do factor «causal» ou da variável «independente». Tudo isto quer dizer que as percentagens

* Quero exprimir os meus agradecimentos ao Prof. A. Sedas Nunes por muitas observações e críticas que pacientemente dirigiu a aspectos mais controversos de uma primeira versão inicial deste artigo, que, em alguns casos, não tive engenho de ultrapassar. Do mesmo modo, quero agradecer à Dr.ª Eduarda Cruzeiro algumas sugestões aportadas ao presente trabalho.

¹ Uma distribuição bivariável ou multivariável permite o exame directo não apenas da distribuição global de uma variável dependente, como também das condições que influenciam essa distribuição. Isto é, um quadro de distribuição bivariável ou multivariável permite relacionar uma série de distribuições condicionais com uma distribuição global de uma variável dependente. Cf. Manuel Garcia Ferrando, *Socioestadística*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 1982, pp. 201-211, e H. J. Loether e D. G. McTavish, *Descriptive Statistics for Sociologists*, Bóston, Allyn & Bacon, 1974.

somam 100% por cada categoria do factor causal ou da variável independente, ou seja, as percentagens de cada coluna devem somar 100%.

As técnicas estatísticas que permitem a descrição quantitativa e sintética de uma população — neste caso, a população dos jovens portugueses dos 15 aos 24 anos — podem conduzir o investigador que dessas técnicas se serve a interpretações incorrectas. Aliás, é arriscado, a partir de uma amostra restrita, como aquela em que se baseia o presente estudo, fazer generalizações desprovidas de uma razoável margem de dúvida. Daí a justificação do pudor com que encaro o recurso sistemático aos resultados estatísticos do Inquérito. Pudor que todavia não me inibe de a eles recorrer como via confirmativa de algumas hipóteses de investigação que tentarei lançar à discussão, interessado como estou, para além do mais, em contrariar o ponto de vista daquele famoso político conservador, primeiro-ministro da rainha Vitória, Benjamin Disraeli, para quem existiam três classes de mentira: «mentiras, mentiras desprezíveis e estatísticas»...

Dizia Durkheim, nas suas *Regras do Método Sociológico*, que a estatística expressa um certo «estado de alma colectiva»². É neste e apenas neste sentido — tomados os dados estatísticos enquanto indicadores sociais — que procurarei analisar os resultados estatísticos do Inquérito. Espero que esses resultados espelhem de alguma forma o «estado de alma colectiva» da juventude portuguesa dos inícios da presente década.

Entretanto, há que salientar que os resultados do Inquérito não foram, no seu conjunto, exaustivamente tratados. Privilegiou-se o tratamento mais aprofundado de alguns desses resultados em detrimento de uma análise extensiva de todos eles, que, a ser feita no âmbito deste pequeno trabalho, teria de ser necessariamente superficial.

Numa primeira parte deste artigo é debatida a posição dos jovens perante a família e o casamento. Uma questão que estará presente nesse debate refere-se à discutida passagem, nas sociedades contemporâneas, de um modelo de casamento comandado pela «razão» a um outro modelo em que predomina o «amor-paixão». O estudo desta questão será desenvolvido a partir da análise das atitudes dos jovens em relação à sexualidade e da distribuição das tarefas domésticas entre os jovens casados.

Numa segunda parte do artigo, e com base nos resultados do Inquérito, ensaia-se uma abordagem sociológica do *amor* e do *namoro* — fenómenos que habitualmente são, ao nível do senso comum, considerados de uma forma idealista. Veremos então como as relações entre os namorados estão sujeitas a um manto de *legitimações e de normas socialmente instituídas*. Esta tese será ilustrada recorrendo-se sobre a linguagem corporal e ritualizada entre os namorados. Veremos como as carícias estão sujeitas a um controlo paterno e como a própria destapagem do sexo se encontra associada à instrumentalização do corpo biológico enquanto corpo social. Finalmente, discute-se o controlo exercido pela religião sobre a atitude dos jovens em relação à sexualidade.

² E. Durkheim, *Las Reglas del Método Sociológico*, Buenos Aires, La Pléyade, 1972, p. 38, citado por M. G. Ferrando, *Socioestadística* [...]

2. «AMOR-PAIXÃO» OU «AMOR-RAZÃO»?

2.1 O REACENDER DE UM VELHO DEBATE

Em recentes estudos sobre família contemporânea debate-se a passagem de um modelo de casamento comandado pela «razão» a um outro modelo em que predomina o «amor-paixão». Este debate pode equacionar-se nos seguintes termos ³:

Para uns, o casamento de «amor» é não apenas incompatível com a *família tradicional*, como o continua a ser em relação à família contemporânea ⁴. O casamento de «razão» é, para os que defendem esta posição, o modelo-padrão de todas as uniões institucionalizadas; Para outros, o casamento tem sido assaltado por uma verdadeira onda de explosão de sentimento amoroso ⁵. Aliás, um dos dogmas da ortodoxia familiar contemporânea consiste em sustentar que o casamento é, hoje em dia, um casamento de amor, que obedece à pura lógica dos sentimentos, por oposição ao casamento de «outros tempos», determinado por alianças de grupos, de *status*, de capitais.

As posições dominantes, atrás descritas — sobre se o casamento, nas sociedades contemporâneas, é comandado pela «razão» ou pelo « coração » —, enfermam de um pressuposto ideológico segundo o qual, em cada sociedade, em cada momento histórico, domina um e um só determinado tipo de casamento. Do nosso ponto de vista, a resposta à questão levantada pelo debate não pode ser dada em termos de «cara» ou «coroa». Esta é uma questão de «mais» ou «menos» — consoante os casos —, e não de «tudo» ou «nada». De facto, a análise sociológica tem de proceder a partir do reconhecimento de vários tipos de casamento: civil, religioso, «união livre», etc. A atitude dos jovens perante cada um destes tipos de casamento encontra-se, por outro lado, socialmente condicionada e, sendo assim, nem todos os jovens se pautam pelo mesmo tipo de comportamento. Com efeito, muito embora se possa afirmar que os jovens portugueses optam maioritariamente pelo casamento religioso, essa opção tem raízes sociais. À modalidade do casa-

³ A polémica que está na origem deste debate não é nova. Spencer tivera já oportunidade de desenvolver a tese da implantação progressiva do casamento de afeição, por oposição à união institucionalizada (*union by law*). Durkheim, por seu lado, contrapôs a solidariedade familiar «pessoal», baseada na dedicação, à coesão implicada pelo desejo de conservação de fortunas familiares. Cf. E. Durkheim, «La Famille Conjugale», in *Revue Philosophique*, 1921, vol. 46, n.º 9, pp. 1-14. Recentes investigações no âmbito de uma sociologia «futurologista» têm, por outro lado, admitido que o processo de «desencantamento» do matrimónio e da família fará desaparecer o «amor romântico» como fundamento daquele. Cf. Leo Davids, «North American Marriage», in *The Futurist*, vols. 5/3, pp. 190-195, cit. por Juan González-Anleo, «Los Jóvenes Españoles y la Familia», in *Informe Sociológico sobre la Juventud*, Madrid, Fundación Santa María, 1984, p. 94.

⁴ R. Pillorget, *La Tige et le Rameau — Familles Anglaises et Françaises. XVI-XVIII Siècles*, Paris, Calmann-Lévy, 1979, e Louis Roussel, *Le Mariage dans la Société Française Contemporaine*, PUF, 1975.

⁵ C. L. Kruithof, «L'Amour, Phénomène Sociale», in *Revue de L'Institut de Sociologie de L'Université de Bruxelles*, n.ºs 1-2, 1978, pp. 7-73, e Louis Roussel, «Génération Nouvelles et Mariage Traditionnel», in *Population*, Janeiro-Feveireiro de 1979.

Atitude dos jovens em relação ao casamento, segundo «habitat», estrato social, posição perante a religião e posição perante a política

Atitude em relação ao casamento	Habitat				Estrato social			Posição perante a religião				Posição perante a política			
	Total	Rural	Urbano	Intermédio	Alto/ /médio alto	Médio	Baixo	Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra	Direita	Centro- -direita	Centro- -esquerda	Esquerda
Casamento civil	18,5	1,3	24,0	15,7	19,8	20,6	12,5	7,2	16,9	42,0	28,1	12,7	20,8	21,9	19,2
Casamento religioso ...	63,7	78,0	53,2	70,9	55,3	61,3	74,2	87,2	66,2	28,8	31,1	70,3	62,4	62,7	58,7
União «livre»	10,5	5,9	14,3	7,4	20,7	10,1	6,3	2,4	9,7	18,4	26,3	9,9	9,3	10,7	12,3
N/R.....	7,3	5,8	8,6	6,0	4,2	8,0	6,9	3,2	7,2	10,7	14,5	7,0	7,5	4,7	9,9

mento religioso aderem maioritariamente os jovens dos meios rurais (78%), dos mais baixos estratos sociais (74,2%), os jovens católicos praticantes (87,2%), os que no espectro político se situam mais à direita (70,3%), os jovens trabalhadores (77,6%), os de mais baixas habilitações literárias (78,7%), os jovens de mais baixo escalão etário (70,6%), os jovens que namoram (88,1%), aqueles que no casamento privilegiam a relação sexual (73,1%) e, finalmente, aqueles cujos pais são assalariados agrícolas (74,2%), casados pela Igreja (66,5%), ou que, simplesmente, vivem juntos (81,6%) (quadro n.º 1). Largos sectores da população jovem portuguesa mostram, deste modo, uma forte tendência a seguir um modelo de família que Sara Taubin e Emily Mudd caracterizaram sob a designação de *família tradicional contemporânea*⁶. A grande maioria dos jovens portugueses continuam a desejar casar tradicionalmente pela Igreja, o que não invalida que as famílias que venham a constituir tendam a readaptar as velhas tradições às novas realidades, ao mesmo tempo que criam novas tradições.

Atitude dos jovens perante o casamento, segundo situação em relação ao trabalho e habilitações

[QUADRO N.º 1-B]

Atitude em relação ao casamento	Total	Situação em relação ao trabalho				Habilitações		
		Só estuda	Só trabalha	Trabalhador-estudante	Outra	Básico	Secundário	Superior
Casamento civil	18,5	20,7	13,4	25,8	18,3	9,7	20,1	26,5
Casamento religioso ..	63,7	58,7	77,6	55,2	58,5	78,7	59,4	52,0
União «livre»	10,5	12,2	6,1	15,8	11,0	4,7	12,7	14,8
N/R	7,3	8,4	2,9	3,2	12,2	6,9	7,8	6,7

Atitude dos jovens em relação ao casamento, segundo idade, namoro e atitude sexual

[QUADRO N.º 1-C]

Atitude em relação ao casamento	Total	Idade			Namoro		Atitude sexual	
		15-17	18-20	21-24	Solteiro com namorada	Solteiro sem namorada	Privilegia comunicação	Privilegia relação sexual
Casamento civil	18,5	15,2	17,8	22,6	14,1	23,9	18,8	16,0
Casamento religioso ..	63,7	70,6	67,0	53,2	88,1	59,1	62,2	73,1
União «livre»	10,5	7,1	7,7	17,1	10,8	10,9	11,4	8,1
N/R	7,3	7,1	7,5	7,1	7,0	6,0	7,7	2,8

O facto de a maioria dos jovens portugueses (63,7%) preferir o casamento religioso não nos permite, contudo, tomar qualquer posição clara no aludido debate — casamento de *razão* ou de *coração*? Com efeito, não é fácil sustentar que, entre os jovens portugueses, o casamento religioso seja o

⁶ Sara B. Taubin e Emily H. Mudd, «Contemporary Traditional Families: The Undefined Majority», in Eleanor D. Macklin e Roger H. Rubin (eds.), *Contemporary Families and Alternative Lifestyles. Handbook on Research and Theory*, Califórnia, Sage Publications, 1983, cap. 12, pp. 256-268.

A realidade dos factos não deve, portanto, ser confundida com a ideologia da família conjugal actualmente dominante. Esta ideologia estabelece um *tipo ideal* de família conjugal, no sentido *weberiano* do termo, que, nomeadamente, afirma o princípio da igualdade contra as barreiras de classe, casta ou sexo; defende o direito de cada um eleger o seu companheiro/a e o local de residência, seleccionando as obrigações com os seus familiares que serão respeitadas independentemente das decisões do grupo familiar; afirma o valor do individual contra os elementos controlados por laços de parentesco, de riqueza, ou etnia; proclama o direito de cada um a mudar o rumo da sua própria vida familiar se esta não lhe é inteiramente agradável; e, final-

Atitude dos jovens em relação ao casamento segundo a profissão dos pais e o casamento dos pais

[QUADRO N.º 1-D]

Atitude em relação ao casamento	Total	Profissão do pai(a)					Casamento dos pais(b)				
		I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V
Casamento civil.....	18,5	23,0	17,6	18,3	18,9	10,8	31,9	17,4	5,4	58,5	18,8
Casamento religioso	63,7	53,4	61,4	66,6	64,8	74,2	35,3	66,5	81,6	10,9	33,6
União «livre»	10,5	16,7	13,6	6,0	10,0	9,3	20,4	9,4	8,7	30,6	22,3
N/R	7,3	6,9	7,4	9,1	6,4	5,7	12,4	6,7	4,3	—	25,3

I — Proprietários, quadros superiores, quadros médios e profissões liberais.

II — Empregados de escritório e comércio.

(a) III — Operários (especializados e não especializados).

IV — Trabalhadores independentes.

V — Assalariados agrícolas.

I — Casados por civil.

II — Casados por Igreja.

(b) III — Vivem juntos.

IV — Separados, mas casados por civil.

V — Separados, mas casados por Igreja.

corolário de atracções irresistíveis, de sentimentos amorosos mais ou menos incontroláveis. É possível que nalguns casos isso aconteça. Contudo, a pretendida primazia subjectiva do sentimento de amor não invalida a importância de outros factores que, de facto, condicionam o casamento. A maioria dos jovens portugueses reconhecem, como adiante se verá, que a família é um meio de garantia de segurança económica.

Posição dos jovens perante a família

[QUADRO N.º 2]

Posição dos jovens	«A família é o meio de garantia da nossa segurança económica?»	«A família é uma fachada social sem sentido?»	«A família é indispensável para a nossa segurança afectiva?»
Discorda totalmente	2,4	18,3	1,0
Discorda	19,3	60,8	9,4
Não concorda nem discorda.....	22,6	9,7	15,1
Concorda.....	49,0	7,2	59,1
Concorda totalmente	4,4	0,8	12,9
N/R.....	2,3	3,2	2,4

mente, apoia o amor como um direito, por oposição ao matrimónio acordado pelas famílias de origem⁷.

E qual a realidade dos factos? Qual a atitude dos jovens portugueses em relação à família? Pensarão a família como uma *fachada social sem sentido*? Um meio de *garantia de segurança económica*? Ou um instrumento indispensável de *segurança afectiva*?

À primeira vista, se o casamento de «amor» predominasse sobre o casamento de «razão», os jovens encarariam a família como um instrumento indispensável de *segurança afectiva*. Em contrapartida, poucos seriam os que

Atitude dos jovens em relação à sexualidade, segundo o estado civil

[QUADRO N.º 3]

Atitude em relação à sexualidade	Sexo	Total	Estado civil		
			Solteiro com namorada	Solteiro sem namorada	Casado ou vivendo acompanhado
«A sexualidade significa apenas ter relações sexuais»	M	8,6	10,0	7,4	6,4
	F	7,5	6,7	5,3	14,9
«A sexualidade é uma reacção global entre duas pessoas»	M	39,7	36,1	42,2	64,1
	F	36,4	31,1	44,9	32,4
«O mais importante na sexualidade são as relações sexuais»	M	5,7	7,1	4,4	2,6
	F	4,9	6,1	2,5	6,5
«A sexualidade é uma forma de comunicação entre H e M»	M	44,5	45,4	44,2	26,8
	F	48,0	53,0	44,3	41,9
Não sabe/não responde	M	1,5	1,4	1,8	—
	F	3,2	3,1	3,0	4,3

considerariam a família como «garantia de segurança económica», ou, pura e simplesmente, como uma «fachada social sem sentido». Ora — independentemente do *habitat*, do estrato social de origem, das posições perante a religião e a política, da situação em relação ao trabalho e do grau de habilitações literárias — apenas 21,7% dos jovens portugueses não concordam com que a família seja *um meio de garantia e de segurança económica* (quadro n.º 2). E tanto assim é que não hesitam, em 79% dos casos, em discordar da opinião que postula que «a família é uma fachada social sem sentido». Naturalmente que, como corolário destas atitudes, 74% dos jovens portugueses

⁷ Uma satisfatória caracterização da ideologia da família conjugal é desenvolvida por William J. Good, «The Theoretical Importance of Love», in *American Sociology Review*, xxiv, Fevereiro de 1959, pp. 38-47. Do mesmo autor pode ainda consultar-se «Industrialización y Cambio Familiar», in Bert F. Hoselitz e Wilbert E. Moore, *Industrialización y Sociedad*, Madrid, Euramérica, S. A., s. d. Contudo, o modelo da família conjugal foi pioneiramente caracterizado por Alexis Tocqueville, *La Democracia en América*, México, Fondo de Cultura Económica, 1978, parte III, pp. 541-557 (título original: *De la Démocratie en Amérique*, 1835). Tocqueville descreve a ideologia individualista da família típica de uma «sociedade democrática», evocando o recolhimento afectivo e normativo da família nuclear sobre ela mesma e a sua falta de fidelidade em relação às gerações antepassadas. Tocqueville inaugura, assim, o tema da *privatização*, à qual se associam os sentimentos de liberdade e de solidão, tema que posteriormente haveria de ser retomado por correntes sociológicas próximas da escola de Francoforte.

são levados a considerar que a família é indispensável para se atingir a segurança afectiva.

A partir dos resultados do Inquérito parece sensato afirmar que os jovens portugueses dão mostras de aderir à instituição social da família tanto por motivos de ordem racional, como por motivos de ordem afectiva. Contudo, nem sempre o bom senso nos conduz por bons caminhos. O facto de os jovens portugueses considerarem maioritariamente a família como um instrumento indispensável de segurança afectiva não significa que a família contemporânea esteja a rebentar pelas costuras com a pretendida explosão de amor.

2.2 «FAZER AMOR» OU «TER RELAÇÕES SEXUAIS»?

Que se passará, por exemplo, na alcova de um jovem casal — porventura o refúgio mais íntimo e idealizado de uma relação marcada pela «paixão»? Esta curiosidade tem apenas a ver com o facto de, num número devastadoramente grande de casos, a expressão «fazer amor» aparecer como a metáfora contemporânea de «ter relações sexuais». Haverá mesmo um equivalente funcional entre estas duas expressões? Em caso negativo, qual a atitude dos jovens portugueses perante a sexualidade? «Fazem amor» ou «têm», simplesmente, «relações sexuais»?

Pode-se dizer que a maioria dos jovens portugueses (cerca de 84%) — independentemente do *habitat*, do *estrato socioeconómico*, do *estado civil*, da *idade*, da *situação em relação ao trabalho* e das *posições religiosa e política* — encaram abertamente a sexualidade como «uma relação global entre duas pessoas» ou como «uma forma de comunicação entre homem e mulher». Apenas uma minoria (14% dos rapazes e 12% das raparigas) considera que «o mais importante na sexualidade são as relações sexuais» ou que «a sexualidade significa apenas ter relações sexuais» (quadro n.º 3). É difícil inter-

Posição dos jovens perante as relações sexuais, segundo o estado civil

[QUADRO N.º 4]					
«A relação sexual é apenas uma manifestação de amor»	Sexo	Total	Estado civil		
			Solteiro com namorada	Solteiro sem namorada	Casado ou vivendo acompanhado
Discorda totalmente	M	1,3	0,2	3,0	—
	F	1,4	1,6	2,0	—
Discorda	M	20,8	19,8	18,3	45,3
	F	19,7	17,2	21,0	20,4
Não concorda nem discorda.....	M	20,2	21,6	18,0	16,1
	F	14,8	16,1	15,5	9,3
Concorda.....	M	49,1	50,8	51,0	33,5
	F	51,0	51,5	50,2	55,2
Concorda totalmente	M	5,6	3,8	7,6	—
	F	5,0	5,8	4,9	3,7
N/S, N/R	M	3,1	3,7	2,1	5,1
	F	8,1	7,7	6,2	11,4

Posição dos jovens perante as relações sexuais, segundo a atitude em relação à sexualidade, a posição religiosa e o estado civil

[QUADRO N.º 5]

«A relação sexual é sobretudo uma forma privilegiada de prazer»	Sexo	Atitude em relação à sexualidade				Posição religiosa			Estado civil			
		Total	Privilegia comunicação		Privilegia relação sexual	Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra	Solteiro com namorado	Solteiro sem namorado	Casado ou vivendo acompanhado
Discorda totalmente	M	1,0	0,9	1,8	—	1,5	1,7	0,3	0,1	2,5	—	—
	F	2,5	2,4	2,4	1,7	2,3	8,4	—	2,8	3,6	—	—
Discorda	M	22,5	24,0	15,5	22,3	19,8	24,2	30,0	22,6	23,5	9,9	9,9
	F	28,7	30,5	24,0	22,6	33,3	29,8	30,0	29,1	30,0	28,9	28,9
Não concorda nem discorda	M	24,2	24,1	27,1	23,1	28,9	13,9	20,0	26,2	25,1	5,3	5,3
	F	18,5	18,3	17,1	20,5	17,8	6,4	28,6	21,4	17,8	13,9	13,9
Concorda	M	45,0	45,3	46,9	2,4	1,4	3,2	3,0	43,5	41,7	78,2	78,2
	F	41,7	41,9	51,8	1,9	1,9	—	—	37,2	43,6	43,1	43,1
Concorda totalmente	M	2,1	2,0	2,9	41,4	45,4	53,6	39,2	1,6	2,9	1,4	1,4
	F	1,6	1,9	—	41,0	39,9	53,2	41,0	1,2	0,6	4,4	4,4
N/S, N/R	M	5,1	3,6	5,8	9,8	3,1	3,4	7,5	6,0	4,2	5,1	5,1
	F	7,0	5,1	4,6	12,2	4,8	2,1	0,4	8,2	4,4	9,6	9,6

pretar estes dados e concluir apressadamente que, no seu conjunto, os jovens privilegiam a comunicação ou o amor em detrimento do sexo. É certo que, maioritariamente, os jovens concordam que «a relação sexual é apenas uma manifestação de amor» (quadro n.º 4). Contudo, não deixa de ser significativo verificar que os jovens do sexo masculino casados, ou vivendo com uma companheira, se afastam desta linha: cerca de 45% dos jovens que se encontram nesta situação discordam que a relação sexual seja apenas uma manifestação de amor (quadro n.º 4).

Mas o que significa para os jovens considerar a relação sexual *apenas* uma manifestação de amor? Significa que o amor é empregado como uma ferramenta para demonstrar destreza e identidade? Que o sexo é anestesiado para actuar melhor? Que a sensibilidade é usada para ocultar a sensualidade? Que o sexo aparece mutilado, vazio ou, pelo menos, insípido? Que há um comportamento ascético por parte dos jovens em relação à sexualidade, tomada esta não tanto como uma forma de comunicação, mas como uma prática de domínio quase exclusivo do sexo?

Ora, mesmo os jovens cuja atitude em relação à sexualidade vai no sentido de privilegiar a comunicação em detrimento da relação sexual não deixam de estar de acordo com o facto de a relação sexual ser sobretudo *uma forma* privilegiada de prazer (quadro n.º 5). Ou seja, a comunicação pode fazer uso do prazer sexual da mesma forma que o veleiro faz uso do vento. Aliás, neste campo, a posição dos jovens que professam uma qualquer religião — católica ou não — não se afasta muito da posição dos jovens ateus (quadro n.º 5). Parece não haver, portanto, entre os jovens portugueses uma ética sexual católica muito distinta da ética sexual dominante entre os outros jovens. O que não quer dizer que os jovens católicos não comunguem, de facto, de atitudes específicas quanto à sexualidade. Para a maioria dos jovens católicos, a sexualidade apenas é encarada no contexto de uma relação durável, institucionalizada através do casamento — onde a fidelidade é uma condição da relação sexual e o ciúme, talvez, uma consequência. Para as raparigas católicas, em particular, o tempo de amor-aventura termina com o casamento. Enquanto, antes do casamento, a jovem católica pode exercer um certo domínio ou controlo sobre a relação afectiva — ela é, pelo menos, livre de rejeitar qualquer carícia mais afoita ou atrevida do namorado —, uma vez casada passa a estar submetida ao poder e querer do marido, que tem o direito de dela exigir prazer, entre outras múltiplas coisas, muito mais pela força do que pelo amor. Entre o conjunto das jovens, são as católicas (praticantes ou não) que mais concordam com o facto de a relação sexual ser, sobretudo, *uma necessidade dos homens* (quadro n.º 6) — facto que, aliás, é também assumido pelos jovens católicos do sexo masculino. Mas o mais curioso e o mais evidente é que são as jovens que não admitem uma vez sequer ter relações sexuais aquelas que, na sua esmagadora maioria (cerca de 70%), alimentam o fantasma traduzido na opinião de que «a relação sexual é sobretudo uma necessidade dos homens» (quadro n.º 6).

Atendendo, agora, ao *estado civil*, são os jovens casados, ou vivendo com companheira, aqueles que mais estão de acordo com ser a relação sexual sobretudo uma «forma privilegiada de prazer»: cerca de 80% dos jovens que se encontram nesta situação pensam assim, contra apenas pouco mais de 40% dos jovens solteiros que pensam de igual modo. Também apenas cerca de 40% das raparigas — independentemente do estado civil — concordam com ser a relação sexual sobretudo uma forma privilegiada de pra-

zer (quadro n.º 5). Sendo assim, os verdadeiros obreiros do prazer do sexo serão os jovens do sexo masculino casados ou vivendo com companhia.

Em que assenta este aparente «imperialismo masculino» exercido sobre a mulher através do sexo no domínio de uma relação conjugal estável, na maior parte dos casos institucionalizada através do casamento religioso católico? Qual a validade das teses de Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut ⁸, que apontam para o facto de a pornografia constituir o instrumento dessa nova forma de poder machista descaradamente exercida quando se praticam relações sexuais ou quando apregoadamente se faz amor?

2.3 A PORNOGRAFIA NO LEITO CONJUGAL

Da observação dos resultados do Inquérito relativos ao tema da *pornografia* ressalta uma evidência flagrante: os rapazes são, de facto, manifestamente mais tolerantes do que as raparigas no que respeita tanto à literatura como aos filmes pornográficos. Poder-se-ia argumentar que as raparigas

Posição dos jovens perante as relações sexuais, segundo posição religiosa e experiência de relações sexuais

[QUADRO N.º 6]

«A relação sexual é sobretudo uma necessidade dos homens»	Sexo	Posição religiosa				Experiência de relações sexuais		
		Católico prat.	Católico não prat.	Ateu	Outra	Teve	Admite vir a ter	Não admite
Discorda totalmente	M	5,3	8,0	10,4	20,4	10,2	6,4	13,8
	F	5,9	13,5	20,3	5,7	12,7	11,1	—
Discorda	M	36,1	38,2	54,9	44,3	43,5	37,3	35,0
	F	36,3	44,9	47,4	65,3	47,8	44,7	16,7
Não concorda nem discorda	M	17,7	17,5	10,0	6,7	12,7	20,2	34,0
	F	17,8	10,0	8,8	12,7	7,8	15,1	8,6
Concorda	M	31,2	31,1	22,6	19,9	29,8	26,1	17,2
	F	25,3	24,9	21,1	16,4	23,9	21,8	60,5
Concorda totalmente	M	1,0	3,4	—	5,6	2,3	3,2	—
	F	3,1	1,8	1,4	—	3,4	1,3	8,0
N/S, N/R	M	8,8	1,7	2,1	3,0	1,5	6,7	—
	F	11,7	4,9	1,0	—	4,5	6,0	6,2

estão muito mais sujeitas do que os rapazes a constrangimentos de ordem moral ou religiosa. Contudo, se assim fosse, como se justificaria o facto de, em conjunto, as jovens católicas (praticantes ou não) lerem ligeiramente mais literatura pornográfica do que as não católicas (quadro n.º 7)?

Não estamos em condições de provar satisfatoriamente a tese que defende que a pornografia é o remate perfeito do imperialismo masculino sobre as mulheres, no domínio das relações sexuais. Todavia, é pelo menos admissi-

⁸ Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut, *Le Nouveau Désordre Amoureux*, Paris, Éditions du Seuil, 1977 (edição portuguesa: *A Nova Desordem Amorosa*, Livraria Bertrand, Amadora, 1981).

vel que, quando algumas jovens recusam submeter a sua vida erótica a modelos pornográficos impostos pela literatura ou pelo cinema, seja a pretensão fantasmática masculina que esteja a ser posta em causa. Ou seja, é possível que o desejo feminino em matéria de sexualidade reconheça outros critérios de satisfação que não aqueles que são impostos pelo homem a partir da adopção de modelos importados da literatura e do cinema pornográficos. Se é verdade que a pornografia é um instrumento através do qual o corpo masculino pretende anexar o corpo feminino à sua própria fantasmática — verdadeira banda desenhada de modelos pornográficos —, então o que está em jogo é, de acordo com as teses de Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut, a encenação de uma forma de poder: aquela que o corpo masculino sonha exercer sobre a feminilidade pela sujeição do real aos seus fantasmas.

Tratando-se de um poder imposto, nomeadamente no âmbito da esfera conjugal, não admira que, enquanto 45,4% dos jovens solteiros com namorada e 44,2% dos solteiros sem namorada admitem que a *sexualidade é uma forma de comunicação entre o homem e a mulher*, apenas 26,8% dos jovens casados, ou vivendo acompanhados, concordem com tal afirmação (quadro n.º 3). Por outro lado, se a maioria (cerca de 55%) dos jovens (com ou sem namorada) encaram a relação sexual como uma *manifestação de amor*, dos casados apenas 33,5% o admitem (quadro n.º 4).

Será que — tomada como transgressão, deleite dos sentidos, delicioso pecado ou, ainda, resultado de um empreendimento libertino — a pornografia está em vias de se transformar num processo ao mesmo tempo tecnológico, disciplinar e racionalizador das relações sexuais conjugais institucionalizadas pelo casamento? Não exageremos. Contudo, são as jovens casadas aquelas que mais parecem aderir aos modelos pornográficos. Pelo menos são aquelas que mais contacto têm com a literatura e os filmes pornográficos (quadro n.º 7). A percentagem das jovens casadas que vêem filmes pornográficos é quase dupla daquela que se refere às solteiras com namorado. Ora, quando não se dá o caso de ser o esposo a fazer girar no *video* doméstico o filme pornográfico, é de supor que as jovens esposas ocorram aos cinemas de duvidosa reputação, especializados na projecção de filmes pornográficos, acompanhadas e fortemente sugestionadas por seus maridos. Se assim é, a adesão das jovens casadas à pornografia pode tratar-se de uma adesão imposta. Uma coisa é certa: para a maioria dos jovens casados ou vivendo com companheira (65%), a afirmação segundo a qual «uma mulher que dá muita importância à vida sexual tem pouco interesse como mulher» merece-lhes inteira discordância. Em contrapartida, o número de jovens solteiros que discordam de tal afirmação é ligeiramente inferior (quadro n.º 8). Talvez devido ao facto de encararem a relação amorosa de uma forma mais «romântica».

Levando mais por diante as insinuações levantadas: do ponto de vista do desejo sexual masculino é sensual toda a mulher que possa provar que goza como um homem e que se parece com as imagens fantasmaticizadas pelo desejo masculino. Se assim não acontece, a mulher não é sensual. A aderência das jovens casadas à pornografia poderia, assim, ser interpretada como um desejo de reabilitação frente ao domínio de normas relativamente universais de sexualidade impostas pela pornografia. Ao recusarem ser reprovadas, ou por disformidade em relação a essas mesmas normas, ou por frigidez — como se queira —, a jovem casada aderiria à aprendizagem dessas normas

Posição dos jovens perante os filmes e a literatura pornográficos, segundo estado civil e posição perante a religião

[QUADRO N.º 7]

Posição dos jovens	Sexo	Estado civil			Posição perante a religião			
		Solteiro com namorado	Solteiro sem namorado	Casado ou vivendo acompanhado	Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra
«Ler literatura pornográfica»	Já fez	M 74,4	85,5	63,0	72,0	76,9	89,3	81,2
	F 27,2	37,0	40,3	28,3	38,9	37,3	24,7	
	Não fez, mas admite vir a fazer	M 14,6	7,6	4,4	13,8	13,5	5,2	6,8
	F 32,2	28,6	17,7	24,4	29,5	28,9	32,2	
	Não fez, nem admite vir a fazer	M 9,4	6,4	32,6	11,4	8,7	5,5	11,9
	F 33,8	32,5	39,8	40,6	29,1	32,8	37,6	
	N/R.....	M 1,6	0,5	—	2,8	1,0	—	—
	F 6,8	1,8	2,2	6,8	2,5	1,1	5,5	
	Já fez	M 67,0	86,3	72,1	58,8	77,9	85,4	78,2
	F 19,3	24,7	38,7	15,6	32,7	35,9	20,3	
«Ver filmes pornográficos»	Não fez, mas admite vir a fazer	M 20,5	9,2	10,9	23,8	14,9	8,6	10,2
	F 31,8	30,5	18,3	25,3	28,6	33,0	40,5	
	Não fez, nem admite vir a fazer	M 11,0	4,0	17,0	14,6	6,4	5,9	11,5
	F 42,4	43,0	39,4	52,2	36,2	30,1	33,7	
	N/R.....	M 1,5	0,5	—	2,8	0,8	—	—
	F 6,5	1,8	3,6	7,0	2,5	1,1	5,5	

— verdadeira gramática elementar da sexualidade dominante e institucionalizada — através da literatura e dos filmes pornográficos. E assim participaria no culto sistemático de posições e técnicas esteriotipadas da linguagem disciplinarizada, única, racionalizada e bem gestionada que o modelo de sexualidade dominante impõe.

Posição dos jovens perante as relações sexuais, segundo o estado civil

[QUADRO N.º 8]

«Uma mulher que dá muita importância à vida sexual tem pouco interesse como mulher»	Sexo	Estado civil		
		Solteiro com namorado	Solteiro sem namorado	Casado ou vivendo acompanhado
Discorda totalmente	M	5,8	7,1	4,0
	F	10,6	7,3	6,9
Discorda	M	47,4	49,3	60,8
	F	50,3	58,0	56,8
Não concorda nem discorda.....	M	27,5	20,6	11,7
	F	15,6	12,0	10,0
Concorda.....	M	14,6	20,0	18,4
	F	14,4	13,9	15,3
Concorda totalmente	M	0,6	—	—
	F	—	0,8	—
N/S, N/R	M	4,2	3,0	5,1
	F	9,0	8,1	11,5

Quanto à forma como a pornografia é vivida pelos rapazes, há ainda alguns aspectos interessantes a considerar. Um deles tem a ver com a relação entre a posição religiosa dos jovens portugueses e a sua atitude em relação à pornografia. À primeira vista, essa relação deveria ser no sentido de a religião católica resfriar o entusiasmo dos jovens considerados católicos relativamente a tudo o que tenha a marca de pornográfico. Com efeito, são os jovens que professam alguma religião, católica ou não, quem mais defende que «a sociedade deveria proibir a pornografia» (quadro n.º 9). Contudo, os resultados do Inquérito também provam a relativa indiferença de alguns jovens religiosos em relação à moral ferida e escandalizada pela explosão da pornografia. Assim, enquanto 45,6% dos jovens católicos *praticantes* pensam que *a sociedade deveria proibir a literatura pornográfica*, 72% desses jovens já leram alguma coisa pornográfica e 13,8% admitem que o possam vir a fazer (quadros n.ºs 9 e 7). Em relação aos filmes pornográficos, o panorama é relativamente semelhante (quadros n.ºs 9 e 7). E aqui temos uma situação aparentemente paradoxal. A religião poderá, sem querer, estar a fornecer à pornografia um dos seus mais excitantes elementos publicitários. Pode-se dizer — utilizando uma linguagem *mertoniana* — que a função *manifesta* dos discursos repressores contra a pornografia provenientes dos círculos religiosos pode desencadear uma função *latente* de sentido literalmente inverso. Os mecanismos de censura que actuam sobre o ilícito poderão estar, deste modo, a contribuir para a sua explicitação, para a sua divulgação.

Posição dos pais perante os diferentes aspectos da relação entre os dois sexos

[QUADRO N.º 10]

Diferentes aspectos da relação entre os dois sexos	Posição dos pais	Sexo	Posição perante a religião			
			Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra
«Sair à noite com o/a namorado/a»	Concorda	M	69,6	83,9	85,8	72,9
		F	32,7	44,8	61,2	39,0
	Tolera	M	21,0	11,9	6,5	22,1
		F	29,6	26,6	13,7	23,4
	Discorda	M	6,9	2,1	2,8	—
		F	28,4	25,4	23,2	35,2
	N/S, N/R	M	2,5	2,1	4,9	5,0
		F	9,3	3,3	1,9	2,5
«Sair à noite com uma pessoa do sexo oposto que não se namora»	Concorda	M	63,2	78,5	78,2	69,3
		F	21,8	30,9	48,0	35,7
	Tolera	M	18,6	14,9	13,1	24,9
		F	20,0	32,2	21,0	23,2
	Discorda	M	14,2	4,6	1,8	0,8
		F	49,0	33,2	29,1	38,6
	N/S, N/R	M	4,0	2,1	7,0	5,0
		F	9,1	3,6	1,9	2,5
«Ir sozinho a um baile com o/a namorado/a»	Concorda	M	72,9	85,8	87,8	79,9
		F	39,9	51,2	70,5	45,8
	Tolera	M	19,2	10,8	5,5	15,1
		F	25,2	22,9	12,6	16,5
	Discorda	M	5,3	1,4	1,8	—
		F	25,9	22,1	15,1	35,2
	N/S, N/R	M	2,5	2,1	4,9	5,0
		F	8,9	3,8	1,9	2,5
«Ir sozinho a um baile com uma pessoa do sexo oposto que não se namora»	Concorda	M	63,3	80,2	83,5	72,0
		F	26,4	34,6	54,4	39,6
	Tolera	M	21,5	14,9	8,7	21,2
		F	20,8	27,6	19,7	19,5
	Discorda	M	12,7	2,9	3,0	0,8
		F	44,3	34,2	22,4	38,4
	N/S, N/R	M	2,5	2,1	4,9	6,0
		F	8,5	3,6	3,5	2,5

2.4 «EM CASA MANDA ELA E NELA MANDO EU»

Não será, então, que aquilo que está a ser tomado como «explosão de amor» nos casamentos contemporâneos, designadamente entre os jovens, se esteja a confundir, por exemplo, com a hipertrofia das actuais funções expressivas familiares? De facto, a família poderá ter deixado de constituir a parcela de uma região particular da vida social para se afirmar como um refúgio idealizado, privatizado, onde a segurança da existência material pode ser concomitante do pretendido amor marital. Não estamos de maneira nenhuma a sugerir que o ideal da intimidade conjugal e a consideração da família como refúgio idealizado sejam características da família nuclear. Do ponto de vista estrutural, a família nuclear não é um fenómeno exclusivo da sociedade contemporânea. Murdock conseguiu detectar o modelo de família nuclear em várias sociedades primitivas⁹ e Flandrin assegura que a difusão desse mesmo modelo foi muito anterior à ascensão do industrialismo¹⁰. Contudo, antes do industrialismo, o modelo de família dominante caracterizava-se por uma relativa abertura ao exterior, designadamente expressa numa certa dependência em relação aos laços de vizinhança que intervinham a todo o momento nos mais variados tipos de interacção familiar¹¹. As manifestações de sociabilidade que partiam da esfera familiar estavam ainda viradas para o exterior, embora para espaços socialmente bem demarcados, do ponto de vista social, etário ou sexual¹².

É possível que na sociedade contemporânea, designadamente nos meios urbanos, a família se tenha privatizado e constituído num lugar de refúgio em consequência do declínio de um certo tipo de «vida pública», usada esta

Posição que a sociedade deveria tomar em relação à pornografia, segundo a posição dos jovens perante a religião

[QUADRO N.º 9]

Posição perante a religião	Sexo	Filmes pornográficos			Literatura pornográfica		
		Permitir	Proibir	N/S, N/R	Permitir	Proibir	N/S, N/R
Católico praticante.....	M	53,9	41,6	4,5	50,1	45,6	4,3
	F	39,6	53,4	6,9	34,2	57,4	8,4
Católico não praticante	M	75,5	22,1	2,5	67,6	30,9	1,5
	F	49,5	47,3	3,3	43,9	53,1	3,0
Ateu	M	77,2	19,8	3,0	76,3	20,4	3,3
	F	51,8	44,9	3,4	49,0	49,5	1,5
Outra	M	65,6	31,2	3,2	61,2	38,8	—
	F	44,9	52,2	2,8	43,6	48,0	8,4

⁹ G. P. Murdock, *Social Structure*, Nova Iorque, The Free Press, 1974.

¹⁰ J.-L. Flandrin, *Famille, Parenté, Maison, Sexualité dans l'Ancienne Société*, Paris, Hachette, 1976.

¹¹ Cf., designadamente, Ph. Ariès, *L'Enfant et la Vie Familiale Sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1973.

¹² L. Roussel, *Le Mariage [...]*

expressão no sentido dado por Richard Sennett¹³. Aliás, antes de Sennett, P. Ariès conseguira demonstrar como, de facto, a separação progressiva entre local de trabalho e local de residência se traduziu numa erosão das «sociabilidades públicas»¹⁴. Sendo assim, a representação da família como espaço exclusivo da afectividade pode ocultar a ideologia produtora dessa representação movida pelo interesse de moralizar os indivíduos e de os afastar dos locais tradicionais de solidariedade e sociabilidade extrafamiliares.

Voltemos, contudo, à questão inicial. Estará o casamento de «razão» dando lugar ao casamento de «amor»? Ou — como os resultados do Inquérito parecem sugerir — será que *razão* e *amor* tendem a convergir pacificamente no doce aconchego familiar? Mas será que o amor é mesmo compatível com a razão?

A natureza intrigante de todas estas interrogações levou alguns sociólogos a desenvolver um ponto de vista verdadeiramente radical e polémico em relação ao casamento. Segundo esse ponto de vista — fenomenológico e goffmaniano¹⁵ —, o casamento é definido como um «acto dramático» em que se juntam dois «desconhecidos» com o propósito de redefinirem as suas vidas. O drama, lúdico, começa logo no namoro, quando os noivos embarcam na aventura da construção de um novo mundo a partilhar¹⁶.

Para além dos *riscos* que, de facto, o acto de «casar» pode envolver — um «passo perigoso», «a ponderar cautelosamente», na opinião dos mais cépticos —, é de elementar bom senso considerar que o casamento não é propriamente um jogo de *cabra-cega*. Muito embora o matrimónio possa dar lugar à construção de «um mundo novo» — usando e abusando da terminologia tão do agrado de Peter Berger —, também é verdade que esse mundo se constrói através da reconstrução dos anteriores, isto é, do fabrico de uma memória comum que integra as recordações de dois trajectos de vida passados, autónomos, independentes, mas que, ao fim e ao cabo, terminam — não por acaso — por convergir.

Para aqueles que acham simpática a definição do casamento como um «acto dramático» é prioritário pensar que o drama não reside tanto no «acto» momentâneo de casar como, acima de tudo, nas implicações que esse acto acarreta, isto é, no que está para além desse acto. Explicitando melhor, ou

¹³ Richard Sennett, *El Declive del Hombre Público*, Barcelona, Ediciones Península, 1979. As interessantes teses de Sennett devem, apesar de tudo, ser tomadas com uma certa precaução. De facto, confundindo causa e efeito, há quem, como Richard Sennett, pretenda atribuir ao culto da esfera privada uma evolução que é dada pela desintegração da «vida pública». Ora as manifestações de natureza pública podem também fazer sentir-se na instituição social que é a família. Desejoso de estabelecer uma distinção entre «vida pública» e «vida privada», Sennett parece ignorar as formas de interpenetração entre esses dois modos de vida, ao mesmo tempo que parece não se dar conta de que a determinadas formas de «vida pública» sucedem novas formas de estar em público. Na sociedade contemporânea, e tomando um exemplo dado por Christopher Lasch, a «vida privada» está também sujeita a forças de dominação organizada, públicas. Cf. Christopher Lasch, *The Culture of Narcissism*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, Inc., 1979 (versão francesa: *Le Complexe de Narcisse*, Paris, Éditions Robert Lafont, 1980, p. 51).

¹⁴ P. Ariès, «D'Hier à Aujourd'hui, d'une Civilización à l'Autre», in *Couples et Familles dans la Société d'Aujourd'hui*, Lião, Chroniques Sociales de France, 1973.

¹⁵ Peter Berger e Hansfried Kellner, «Marriage and the Construction of Reality», in *Patterns of Communication Behavior, Recent Sociology*, Londres, MacMillan, n.º 2, 1970, p. 50.

¹⁶ Cf., a propósito deste assunto, Peter Berger e Thomas Luckman, *La Construcción Social de la Realidad*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1979.

levantando o véu de uma hipótese: as relações entre marido e mulher não são idênticas em cada um dos dois modelos de casamento (casamento de «razão» e casamento de «amor»). Sendo assim, o amor pode considerar-se um valor afectivo com um impacte e uma intensidade diferenciados segundo a organização social familiar e a distribuição das tarefas domésticas na vida familiar quotidiana ¹⁷.

Aqueles que descrevem a família actual como um paraíso encantado ¹⁸, corolário de um casamento de amor, são os mesmos que, com um fervor exageradamente funcionalista, defendem a integração familiar, tanto em termos de integração de papéis como de consenso. Antes de cair nesta tentação há que examinar o problema de um modo mais preciso. Como evolui a carreira de cada um dos cônjuges no plano profissional após o casamento? Como é feita a divisão de tarefas domésticas na vida familiar quotidiana? Se é certo que o casamento assinala o contacto de duas «carreiras», haverá uma igualdade de oportunidades e de resultados em relação ao rumo e bom êxito de cada uma delas?

As normas de igualdade com que determinados sectores da juventude portuguesa parecem encarar o casamento traduzem-se, na prática, por flagrantes desigualdades. Há um hiato radical entre as aspirações igualitárias de amplos sectores da juventude portuguesa e as desigualdades de destino verificadas na prática. Pode ser que os papéis *instrumental* e *expressivo* de que nos falava Parsons ¹⁹ já não apareçam totalmente identificados com o sexo ²⁰. Pode ainda acontecer que haja uma maior predisposição dos cônjuges para encararem com mais flexibilidade a distribuição das tarefas domésticas. Na prática, contudo, estas continuam a repartir-se em função do sexo. Segundo os resultados do inquérito, 98,6% dos jovens portugueses casados admitem que são as suas jovens esposas que têm a responsabilidade de *comprar as coisas para o dia-a-dia, de limpar a casa e de fazer as refeições*. Por outro lado, quando os filhos têm de ir ao médico, em 85% dos casos, os jovens esposos continuam a admitir serem as mães que os acompanham. Nenhum dos jovens esposos inquiridos vai, quando necessário, falar com os professores dos filhos. Das jovens esposas inquiridas, 69% admitem que são elas a desempenhar essa tarefa. Apenas *quando se tem de vender ou comprar um bem familiar (casa, terra, máquina, automóvel, etc.) há uma decisão conjunta*. Quando tal não acontece, 11% dos jovens esposos respondem que a decisão é unilateralmente sua, enquanto apenas 6,1% das jovens esposas admitem ter a última palavra. Isto é, se não se pode refutar a metade do ditado que diz «quem manda nela é ele», não se confirma a outra metade, que nos faz crer que «em casa manda ela».

¹⁷ Esta hipótese foi já levantada por Martine Segalen, *Mari et Femme dans la Société Paysanne*, Paris, Flammarion, 1980.

¹⁸ Se o sentimento de amor dominasse a intimidade conjugal, como se justificaria a existência de um modelo de repressão e violência familiar que mais não faz do que contrariar a ideia segundo a qual a afectividade é a base de toda a relação conjugal? Cf., a este propósito, M. D. A. Freeman, *Violence in the Home — A Socio-Legal Study*, Lexington, Saxon House, 1978.

¹⁹ T. Parsons e R. F. Bales, *Family, Socialization and Interaction Process*, Ilinóis, The Free Press, 1955.

²⁰ Esta é a posição de autores como: Michael Young e Peter Willmott, *La Familia Simétrica: Un Estudio Sobre el Trabajo y el Ocio*, Madrid, Tecnos, 1975, e Andrée Michel, *Activité Professionnelle de la Femme et Vie Conjugale*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1974.

A maior parte dos jovens portugueses não estão, pois, preparados para harmonizarem, em família, uma «dupla carreira» profissional com a sua companheira, isto é: a mulher casada não tem possibilidades de progredir numa carreira profissional tão facilmente como o seu marido²¹. Nas famílias onde impera o modelo da «dupla carreira», a participação da mulher na vida profissional não a liberta das principais e mais rotineiras tarefas domésticas: é ela que faz as compras do dia-a-dia, que limpa a casa, que confecciona as refeições. Enquanto o papel central do esposo continua a ser claramente profissional e exercido fora da esfera familiar, o papel da mulher continua a ser claramente *familiar*, independentemente do exercício de uma actividade profissional, que, portanto, adquire o estatuto de uma actividade suplementar, secundária, subordinada. É natural que a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, em condições cada vez mais igualitárias com o homem, produza conflitos na vida familiar dos jovens portugueses. É ainda natural que estes conflitos assumam uma proporção considerável em famílias onde, pelo facto de ambos os cônjuges participarem em actividades profissionais de responsabilidade e prestígio, o esposo tende a manter uma posição de privilégio que lhe é dada pela divisão tradicional de tarefas. As principais vítimas deste conflito serão com certeza as mulheres, pelo menos enquanto a sua participação em actividades profissionais estiver subjugada pelo desempenho de tarefas domésticas e/ou de maternidade.

Alguns sociólogos insinuem, no entanto, que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem correspondido a uma maior participação masculina nas tarefas domésticas²². Ninguém duvida da benevolência masculina, especialmente por parte dos jovens, no que toca a dar uma «pequena ajuda» nas pequenas lides domésticas. Pode acontecer. Mas uma participação esforçada — pano do pó numa mão, ferro de engomar na outra — é francamente duvidosa e difícil de comprovar, à parte os casos excepcionais que confirmam a regra. Em contrapartida, a participação da mulher no mercado de trabalho — nomeadamente da mulher das camadas sociais mais baixas que não pode recorrer à empregada doméstica ou à «mulher a dias» — acarretalhe uma acumulação de trabalho consagrada na actual noção de «dupla jornada de trabalho». Essa acumulação de trabalho agrava-se com o nascimento do primeiro filho, que tem uma importância estratégica crucial na vida das mulheres jovens, já que, ao terem de cuidar do filho, mesmo com ajuda de amas, vêem afectada a sua vida profissional²³. Aliás, num campo de estudo

²¹ Vários sociólogos norte-americanos têm discutido a possibilidade de existência de uma «dupla carreira» em determinados modelos de família. Cf. os contributos recentes de S. S. Petersen, J. M. Richardson e G. V. Kreuter, *The Two-Career Family: Issues and Alternatives*, Washington, University Press of America, 1978, e Mary W. Hicks, Sally L. Hansen e Leon A. Christie, «Dual-Career/Dual-Work Families: A Systems Approach», in Eleanor D. Macklin e Roger H. Rubin (eds.), *Contemporary Families and Alternative Lifestyles. Handbook on Research and Theory*, Califórnia, Sage Publications, 1983, cap. 7, pp. 164-179.

²² A. Michel (ed.), *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, PUF, 1978, e J. Kellerhals, J.-F. Perrin, G. Steinauer-Cresson, L. Vonèche e G. Wirth, *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturelles et Organization Familiale*, Lausana, Ed. Favre, 1982.

²³ A favor desta tese está, por exemplo, A. A. Campbell, «The Role of Family Planning in the Reduction of Poverty», in *Journal of Marriage and the Family*, n.º 60, Maio de 1968. Um ponto de vista distinto é defendido por Phillips Cutright, «Timing the First Birth: Does it Matter?», in *Journal of Marriage and the Family*, Novembro de 1973. Um bom artigo sobre este assunto é o de France Prioux-Marchal, «Les Conceptions Prenuptiales en Europe Occidentale depuis 1955», in *Population*, vol. 29, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1975, pp. 61-88.

repetidamente abordado na literatura sociológica sobre a família, respeitante à satisfação dos cônjuges com o matrimónio e utilizando o conceito de «ciclo vital»²⁴, tem-se chegado à conclusão de que a satisfação segue ao longo do ciclo vital uma curva ascendente bastante pronunciada entre os jovens casais, que, no que respeita à mulher, desce depois do nascimento do primeiro filho²⁵. Resumindo, as formas de repartição das tarefas domésticas dependem efectivamente de quem detém o poder na família²⁶. Ao contrário das teses machistas, satíricas ou idealistas de sociólogos com tão bom espírito de humor como Blood e Wolfe²⁷, a participação do jovem marido nas tarefas domésticas continua efectivamente regulada por uma socialização de tipo tradicionalista²⁸.

3. O AMOR E O NAMORO COMO ACTOS SOCIALMENTE LEGITIMADOS

3.1 AMOR E NAMORO: OBSTÁCULOS À SUA EXPLICAÇÃO SOCIOLOGICA

Vimos que as posições dominantes no debate da passagem de um modelo de casamento comandado pela «razão» a um outro modelo em que predomina o «amor-paixão» enfermam do pressuposto ideológico segundo o qual, em cada sociedade, em cada momento histórico, domina um, e um só, determinado tipo de casamento. Da mesma forma, vamos agora ver que outro grave pressuposto ideológico dessas posições consiste no desenvolvimento de uma interpretação idealista do amor. Ora, para evitar que, nos seus aspectos essenciais, o fenómeno do amor se nos escape à observação há que contrariar aquela arraigada mitologia popular que faz do amor uma emoção de carácter violento e irresistível que ataca ao acaso; um mistério que constitui a meta da maioria dos jovens e que os mais idosos também não renegam. Segundo essa mitologia popular, o enamoramento estaria sempre engatilhado, pronto a disparar-se cegamente.

²⁴ Sobre o conceito de «ciclo vital», de novo em moda, cf. o original estudo de Paul C. Glick, «The Family Cycle», in *American Sociological Review*, vol. xii, Abril de 1974, pp. 164-174.

²⁵ Boyd C. Rollins e Harold Feldman, «Marital Satisfaction over the Family Life Cycle», in *Journal of Marriage and the Family*, Fevereiro de 1970.

²⁶ O poder é aqui definido numa perspectiva weberiana, como o da capacidade de um indivíduo influenciar a capacidade de outro.

²⁷ Para Blood e Wolfe, a distribuição das tarefas domésticas é determinada por critérios de ordem pragmática e racional. Cf. R. O. Blood e D. H. Wolfe, *Husbands and Wives: The Dynamics of Married Life*, Nova Iorque, The Free Press, 1960. As propostas de Blood e Wolfe são levadas ao extremo por B. Lemennicier, que se atreve a explicar o grau de segregação das tarefas domésticas conjugais a partir da teoria ricardina dos «custos de oportunidade comparados». Segundo Lemennicier, a distribuição sexual das tarefas domésticas teria por função outorgar aos membros da família uma rendabilidade maior na distribuição das tarefas asseguradas pela «especialização da mulher» nos trabalhos domésticos. Cf. B. Lemennicier, «The Economics of Conjugal Roles», in L. Levy-Garboua (eds.), *Sociological Economics*, Londres, Sage, 1978, pp. 189-217. Estas posições conservadoras são de certa forma reforçadas por autores que inesperadamente pretendem valorizar as tarefas domésticas tradicionalmente desempenhadas pela mulher. É o caso de E. Sullerot, «Des Changements dans le Partage des Roles», in *Informations Sociales*, n.ºs 6-7, 1977.

²⁸ Esta é, aliás, a tese defendida por R. E. Cromwell e D. Olson, *Power in Families*, Nova Iorque, Wiley, 1975.

Na concepção idealista, o amor aparece como um ímpeto que emerge do que mais subterrâneo há no indivíduo: é uma manifestação do seu recôndito. Fala-se até, com astrológica teimosia, em *corações* incontrolados, palpitando de amor, adstritos a uma órbita sideral determinada pela movimentação dos astros. Esta concepção idealista de amor faz com que, hoje em dia, os astrólogos sejam, por vezes, tomados como os grandes «entendidos» em questões de amor...

Ora é já tempo de reivindicar para a sociologia o estudo de um fenómeno cujas determinantes sociais são por de mais evidentes. Nos rituais que envolvem uma relação amorosa há uma interiorização, por parte dos amantes, de um conjunto de normas *socialmente instituídas*, podendo mesmo dizer-se que essas mesmas normas exercem uma violência simbólica e até policiadora sobre os indivíduos. Essas normas, socialmente impostas, tipificadas, são, por assim dizer, *educativas* à sua maneira e em si mesmas²⁹. Se, seguindo a definição proposta por Duvignaud, «a instituição é o lugar onde se articulam, se *falam*, as formas que assumem as determinações das relações sociais»³⁰, então pode dizer-se que a linguagem do amor é uma linguagem socialmente institucionalizada.

A vigilância social e policiadora que incide sobre o *namoro*, por exemplo, estabelece padrões previamente definidos de comportamento entre os namorados. Este carácter controlador é inerente à própria institucionalização do namoro. Daqui deriva, como justamente refere Peter Berger, que à ordem institucional corresponde um manto de legitimações que são apreendidas durante o processo que as socializa³¹. Como adiante se verá, é, deste modo, *legítimo* para um rapaz beijar a namorada na boca; já não é tão *legítimo* que o mesmo tipo de carícia seja desenvolvido pela rapariga; é *legítimo* ir a um baile com a pessoa com quem se namora; já não é *legítimo* que uma rapariga saia durante a noite com um desconhecido; é *legítimo* que duas pessoas do sexo oposto andem pela rua de braço dado; já não é tão *legítimo* que passem de mão dada, a menos que sejam namorados...

3.2 O CONTROLO PATERNAL SOBRE AS CARÍCIAS AMOROSAS

Se a sexualidade não fosse um fenómeno social, não valeria a pena arejar sobre ela uma curiosidade sociológica. Andar na rua de mão dada, sair à noite com alguém, ir a um baile ou, simplesmente, beijar na boca uma pessoa do sexo oposto quando há o risco de se ser observado são atitudes que os jovens tomam, conscientes de que praticam actos sujeitos a normas mais ou menos restritivas, mais ou menos permissivas. Dado o seu carácter social, estas normas variam de contexto para contexto social. A própria posição dos pais sobre os diferentes aspectos da relação entre os dois sexos aparece socialmente condicionada, como adiante se verá.

Se as carícias entre os dois sexos fossem manifestações meramente naturais ou espontâneas, como se justificaria a carga de *prudência* que as acompa-

²⁹ Esta linha de interpretação é desenvolvida, com algum «economicismo» à mistura, por Jean Duvignaud, *Sociologia. Guia Alfabético*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 209-217.

³⁰ Jean Duvignaud, *op. cit.*, p. 217.

³¹ Peter Berger, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1976, pp. 88-89.

nha? Ora, em relação ao beijo, por exemplo, o pudor não é directamente produzido por quem beija. O pudor aparece no trânsito do olho alheio. É a gastronomia do olho alheio que gera o pudor. Quando um par de namorados se beija em público e às tantas se sente objecto — literalmente objecto — da atenção alheia, a ruborização das faces da rapariga ou o ar de enfado do rapaz são sinais que exprimem a natureza social do sentimento de pudor.

Sentimentos sociais como a vergonha ou o pudor manifestam-se inteiramente no campo do visível, do público. E, porque assim é, esses sentimentos diferenciam-se de acordo com os contextos sociais em que são produzidos. Assim, a posição dos pais sobre os diferentes aspectos da relação entre os dois sexos é condicionada por variáveis sociais como o *habitat*, o *estrato social*, a *idade*, as *habilitações escolares*, a *posição perante a religião* e outras. A posição perante a religião, por exemplo, marca a atitude dos pais em relação às saídas nocturnas e à frequência dos bailes por parte dos jovens. As raparigas cujos pais são católicos ou que professam qualquer outra religião são aquelas que mais dificuldades têm em sair à noite, mesmo que seja em companhia do namorado (quadro n.º 10). Os pais são mais condescendentes se, entretanto, têm a certeza de que as suas filhas vão a um baile (quadro n.º 10). Neste caso, são ainda mais tolerantes quando estão seguros de que a filha vai ao baile acompanhada do respectivo namorado. As filhas de pais ateus têm francamente mais liberdade do que as filhas de pais que professam qualquer religião, católica ou não, tanto nas saídas nocturnas como nas idas ao baile.

A maioria dos rapazes, independentemente da posição dos pais perante a religião, não enfrentam os entraves que as raparigas sofrem quando pretendem sair à noite ou ir a um baile. Daqui se depreende que um forte índice de religiosidade não determina directamente uma posição escrupulosa por parte dos pais em relação aos bailes ou às saídas nocturnas. Os escrúpulos mais severos aparecem dirigidos às raparigas cujos pais se mostram pouco contemporizadores em relação às diversões nocturnas e dançantes. A preocupação dos pais católicos que têm filhas é, portanto, originada por pressão social e consiste na antecipação, por parte dos pais, das represálias morais impostas socialmente.

Por outro lado, em relação ao *beijo*, a posição dos pais é também muito mais permissiva em relação aos rapazes do que em relação às raparigas. O sexo deve aqui ser tomado não enquanto variável biológica, evidentemente, mas enquanto variável social. Se o sexo funcionasse como variável biológica, todos os pais com filhas seriam igualmente punitivos em relação à prática do beijo. Assim não acontece. Se atendermos ao *habitat*, os pais dos meios urbanos que têm filhas são mais permissivos do que os pais dos meios rurais em relação ao *beijo na boca* entre namorados; o mesmo já não acontece tanto em relação às pessoas do sexo oposto que não namoram (quadro n.º 11). Por outro lado, os pais católicos praticantes são os que menos concordam com o beijo: enquanto apenas cerca de 30% dos pais católicos praticantes concordam com o beijo entre namorados, cerca de 50% dos católicos não praticantes e dos ateus nada têm a opor a tal forma de carícia (quadro n.º 11). Isto para já não falar do beijo na boca entre não namorados, em relação ao qual a rejeição por parte dos pais católicos é praticamente total. Os rapazes e raparigas com idades mais baixas (15/17 anos) são, por outro lado, os jovens cujos pais encaram o beijo com mais pavor (quadro n.º 11). Enfim,

Posição dos pais perante os diferentes aspectos da relação entre os dois sexos

[QUADRO N.º 11]

O beijo	Posição dos pais	Sexo dos filhos	Habitat			Posição perante a religião			Idade do próprio (filho)			
			Rural	Urbano	Intermédio	Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra	15/17 anos	18/20 anos	21/24 anos
«Beijar na boca o/a namorado/a»	Concorda	M	73,7	74,9	80,4	62,8	83,0	72,6	71,2	69,2	76,3	79,7
		F	38,1	47,5	28,9	30,6	47,5	51,1	41,7	24,6	44,9	49,0
	Tolera	M	15,6	18,1	14,1	23,9	12,5	15,9	21,2	19,8	17,7	13,1
		F	24,6	26,2	32,2	31,8	22,8	29,2	27,3	31,0	30,1	21,7
	Discorda	M	6,9	4,0	4,0	10,0	2,9	4,8	4,7	7,4	3,8	4,1
		F	29,0	20,2	36,4	28,1	25,6	17,9	27,5	34,0	18,8	26,8
	N/S, N/R	M	3,8	3,0	1,5	3,3	1,6	6,7	2,9	3,6	2,2	3,1
		F	8,3	6,2	2,5	9,5	4,1	1,8	3,5	10,4	6,2	2,4
	Concorda	M	49,6	37,0	48,5	27,2	50,9	42,8	40,0	30,2	42,0	53,8
		F	4,6	5,0	3,8	3,8	5,3	8,4	—	3,4	5,0	5,1
«Beijar na boca uma pessoa do sexo oposto que não se namora»	Tolera	M	20,1	23,6	30,2	29,3	20,3	22,5	31,1	28,2	24,2	20,6
		F	9,3	6,3	10,4	6,7	9,5	1,9	13,4	6,2	9,1	8,1
	Discorda	M	25,9	35,9	19,0	40,1	26,4	28,0	24,8	37,4	31,2	21,8
		F	75,5	83,4	82,0	80,4	79,8	87,8	84,1	82,8	77,8	83,1
	N/S, N/R	M	4,4	3,5	2,2	3,3	2,5	6,7	4,1	4,2	2,7	3,8
		F	10,6	5,3	3,8	9,2	5,5	1,8	2,5	7,5	8,1	3,7

se a posição dos pais é mais punitiva em relação ao beijo dado pela rapariga, esta posição deve ser explicada por razões sociais.

Tanto nos meios urbanos como nos meios rurais, o beijo entre namorados tem uma concordância quase total por parte dos pais que têm filho (quadro n.º 11). Os pais que têm filha já têm uma posição distinta: os pais citadinos são mais abertos do que os provincianos em relação ao beijo entre namorados: 48% dos pais que vivem na cidade concordam com o beijo entre namorados, enquanto apenas 38% dos pais que têm filha e que vivem nos meios rurais concordam integralmente com tal manifestação de amor. Por outro lado, os pais católicos praticantes têm *duas morais*, consoante tenham filho ou filha: se têm filho, concordam plenamente (em 62,8% dos casos) ou toleram (em 23,9% dos casos) que os namorados se beijem na boca. Contudo, se têm filha, apenas 30,6% dos pais concordam abertamente com tal carícia (quadro n.º 11). Aliás, esta dupla moral é tão flagrante que, enquanto mais de 80% dos pais que têm filha discordam do beijo na boca entre pessoas que não se namoram, mais de 56% dos pais católicos praticantes que têm filho não vêem nisso nada de anormal. Como explicar estas atitudes tão distintas entre si?

Para dar resposta a esta interrogação há que considerar o beijo como um fenómeno social, sujeito como está a uma censura pública. De facto, beijar é uma acção social sujeita a constrangimentos, a regras e mecanismos de controlo social. Comparando os meios urbanos com os meios rurais, verificamos que, nestes últimos, as relações entre os dois sexos estão mais expostas à observação de uma censura pública. Também aí os filtros repressivos religiosos são mais intensos. Beijar na boca um namorado ou um amigo representa para a rapariga de um meio rural um risco cujo preço se pode reflectir seriamente na sua reputação. O mesmo não acontece com os rapazes, que, pelo menos na opinião dos pais, podem beijar não apenas a namorada, como, embora com mais restrições, qualquer outra rapariga com a qual não mantenham qualquer vínculo de comprometimento (quadro n.º 11).

Entretanto, se pudor existe em relação às carícias entre sexos, não deixa de ser curioso verificar como os pais católicos (praticantes ou não), ou aqueles que professam outra religião, concordam significativamente mais com o beijo entre namorados do que com o «dar as mãos» entre pessoas de sexos diferentes que não namoram — isto, independentemente de serem pais de rapazes ou de raparigas (quadros n.ºs 11 e 12). Por outro lado, os pais católicos que têm filho mostram-se relativamente indiferentes em relação ao facto de as pessoas de sexo oposto andarem na rua de braço dado ou de mão dada; em contrapartida, os pais católicos que têm filha mostram-se ligeiramente mais abertos ao «dar o braço» do que em relação ao «dar a mão» (quadro n.º 12). Como interpretar este facto aparentemente tão insólito de a mão ser considerada um pouquinho mais perversa do que o braço? A resposta a esta questão só é possível explorando empiricamente os vários significados do idioma ritual, que consiste em «dar a mão» ou «dar o braço», investigando estas práticas como se faz em relação a qualquer actividade socialmente estruturada.

Na verdade, *dar a mão*, *dar o braço* ou *beijar* são signos de vinculação em que se afirma a validade de uma relação. Não obstante, os seus significados são distintos. «Beijar» ou «fazer amor» são, não apenas actividades principais absorventes, como, para além do mais, não permitem geralmente participações marginais simultâneas. Em contrapartida, *ir de braço dado* é,

por natureza, uma actividade marginal, subordinável a algumas outras ou, pelo menos, sustentável com outras actividades marginais, como «fumar» ou «andar». O mesmo se poderia dizer em relação ao acto de *dar a mão*. Contudo, vendo bem as coisas, a mão é mais irrequieta e comunicativa do que o braço e as carícias em que participa são mais emotivas, mais intencionais. É certo que é possível «fumar» ou «andar» tanto de braço dado como de mão dada. No entanto, embora ambos os actos possam ser tomados como signos de vinculação a um idioma ritual, nem sempre tais actos arrastam a mesma carga comunicativa, expressiva ou emotiva. *Dar a mão* é um acto

Posição dos pais sobre os diferentes aspectos da relação entre os dois sexos

[QUADRO N.º 12]

Comunicação corporal: braços e mãos	Posição dos pais	Sexo	Posição perante a religião			
			Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra
«Andar de mãos dadas com uma pessoa do sexo oposto que não se namora»	Concorda	M	48,1	66,1	72,3	54,7
		F	18,5	26,7	29,6	10,8
	Tolera	M	27,9	25,8	17,8	33,7
		F	23,8	25,7	33,6	32,6
	Discorda	M	19,2	6,8	5,2	7,5
		F	50,1	45,3	35,0	54,0
	N/S, N/R	M	4,8	1,4	4,7	4,1
		F	7,6	2,3	1,8	2,5
«Dar o braço a uma pessoa do sexo oposto que não se namora»	Concorda	M	50,2	67,0	66,7	50,7
		F	21,2	28,4	29,5	18,6
	Tolera	M	29,4	27,6	22,7	38,8
		F	25,9	29,4	45,2	30,2
	Discorda	M	16,5	4,1	5,8	6,3
		F	44,8	38,5	21,9	48,8
	N/S, N/R	M	4,0	1,4	4,7	4,1
		F	8,1	3,7	3,4	2,5

que pode ter um forte significado emocional ou afectivo. Em contrapartida, *dar o braço* ratifica uma intimidade consumada, adquirida. O mesmo se passa, aliás, com algumas formas de *dar a mão*, onde o sentido emocional desse acto se perde em detrimento do estabelecido, do ritual, do circular³². Neste caso, dar a mão ou dar o braço, são actos organizados de maneira tão simultânea, tão rotinarizada, tão formal, que perdem todo e qualquer significado emocional. Podemos assim concluir que os pais que professam uma qualquer religião (católica ou não) e que têm filha manifestam uma atitude ligei-

³² Uma manicura que arranja as mãos dum cliente ou uma cigana que lê a sina na mão de uma cliente podem não experimentar as mesmas vibrações emocionais que experimenta um par de namorados que afanosamente se deleitam na contemplação de uma embrulhada de dedos.

ramente mais aberta em relação ao *braço dado*, na medida em que o *dar a mão* é um acto socialmente mais comprometedor para a rapariga.

Esta educação levanta, contudo, um problema de interpretação em relação a outros resultados do Inquérito (quadros n.ºs 11 e 12) que mostram que os pais religiosos concordam mais com o *beijo na boca* entre namorados do que com o *dar a mão* entre pessoas do sexo oposto, mas que não namoram. Isto é, se a maior rejeição de determinadas carícias sexuais, por parte dos pais católicos cuja filha foi entrevistada, é uma atitude que leva em conta o maior ou menor grau de comprometimento em relação a quem participa nessas carícias, não é verdade que o beijo na boca é muito mais comprometedor do que o simples acto de dar a mão?

A primeira vista, assim se poderia pensar. Contudo, há que atender ao facto de o beijo ser frequentemente um acto fugaz, fugidio, repentino, nomeadamente quando os namorados têm consciência de que, quando beijam, podem estar sujeitos a uma censura pública, como acontece nos meios rurais. Aliás, conscientes deste facto, os jovens que mais sujeitos estão aos filtros repressivos terão certamente o cuidado de não se expor publicamente quando beijam. Será certamente o caso dos jovens habitantes dos meios rurais, que tenderão a restringir os limites visíveis do território pessoal ou da intimidade³³. Em contrapartida, nos meios urbanos, carícias eróticas, como o beijo, podem manifestar-se abertamente no campo do visível, do público. Porquê? Por várias razões. Em primeiro lugar, porque os filtros repressivos e religiosos cumprem nos meios urbanos um papel bem mais tolerante em relação a determinadas carícias sexuais. Em segundo lugar, porque — quem sabe? — haverá uma motivação eventualmente narcisista, por parte dos jovens dos meios urbanos, para beijar em público. Não quer isto dizer que os jovens citadinos se sintam obcecados com a ideia de exhibir carícias eróticas para atrair um público pervertido. Sentir-se-ão, sim, possivelmente obcecados com a ideia solipsa da auto-afirmação. Em terceiro lugar, nos meios urbanos, onde predomina um certo anonimato, beijar na rua é tão natural quanto simples é para quem beija abstrair-se do meio social anónimo circundante. Talvez seja esta a razão que leva os pais dos meios urbanos e que têm filha a considerarem com mais naturalidade o beijo na boca entre namorados, coisa que já não é tão evidente entre os pais que têm filha e que habitam nos meios rurais (quadro n.º 11).

Como quer que seja, porque os pais sabem que as suas filhas escolherão locais pouco expostos à observação pública para beijar a boca dos seus namorados, consideram o beijo menos comprometedor do que o acto de dar a mão, em público, a uma pessoa que não se namora. Com efeito, os namorados não irão escolher locais reservados, fora da observação pública, para simplesmente tactearem as mãos. Aí aproveitarão o ensejo para desenvolver carícias mais profundas e íntimas como o beijo. Supondo, por outro lado, que aos ouvidos de um pai, católico e praticante, chega a notícia de que a sua filha foi apanhada com «a boca na botija», isto é, com a boca colada à boca do namorado, o pai tem sempre a oportunidade de se socorrer de uma justificação que geralmente é bem aceite pela sociedade: o facto de um par

³³ Sobre os «territórios da intimidade» cf. A. Montagu e F. Matson, *El Contacto Humano*, Barcelona, Paidós Studio, 1983, pp. 31-37.

de jovens participar num ritual socialmente legitimado como o *namoro* faz com que uma das mais frequentes manifestações desse ritual, que é o beijo, seja relativamente tolerado. O mesmo não se pode dizer em relação ao acto de *dar as mãos* entre pessoas do sexo oposto que não namoram. É que este acto não está legitimado senão entre namorados ou pessoas casadas. Mesmo entre estas, é difícil ver um casal de idosos de mãos dadas e tremeliqueiras. Quando muito, darão o braço para se apoiarem mutuamente. Os que se acham em idade idónea para andar de mãos dadas são pessoas do sexo oposto entre as quais é possível uma relação sexual plena.

E aqui temos como beijar, dar a mão ou dar o braço são acções que se orientam segundo «ordens» socialmente aceites e legitimadas. Como refere Weber ³⁴, a *legitimidade de uma ordem* pode ser assegurada de uma forma puramente íntima, afectiva — por entrega sentimental —, ou por *convenção*. Neste caso, a acção social, tal como a define Weber — e aqui conflui com Durkheim —, é uma acção regulamentada por representações colectivas que prescrevem certos tipos de comportamentos sujeitos a observação e aprovação social, quando não a uma *coacção* que pode ser *psíquica* (quando, por influência religiosa, os pais manifestam desagrado em relação à prática de determinadas carícias sexuais por parte das suas filhas) ou *física* (quando esse desagrado se traduz num bofetão).

3.3 O CONTROLO SOCIAL À EXIBIÇÃO DO NU

Fazendo as carícias parte de uma linguagem corporal ritualizada, tentaremos agora ver como a própria destapagem do sexo está associada à instrumentalização do corpo biológico como corpo social. Com efeito, não é por acaso que a prática do nudismo se encontra fortemente condicionada pela religião católica. Ainda que relativamente tolerantes em relação à prática do nudismo, são os jovens católicos — e, entre estes, os do sexo feminino — aqueles que assumem uma atitude mais restritiva em relação a tal prática: 60,5% das jovens católicas praticantes pensam que a sociedade deveria proibir o nudismo. Entre os jovens católicos (praticantes), apenas 10,6% dos rapazes e 1,6% das raparigas praticaram alguma vez nudismo; por outro lado, 48,1% dos rapazes e 65,1% das raparigas não admitem, uma única vez que seja, exibirem-se em público como Deus os lançou ao mundo (cf. quadros n.ºs 13 e 14). Predominando os interditos religiosos nos meios rurais, não estranha que sejam os jovens dos meios rurais aqueles que revelam mais pudicícia em relação à prática do nudismo (quadros n.ºs 13 e 14). Como vemos, para melhor apreendermos as atitudes dos jovens em relação ao nudismo é necessário compreender não apenas as diferentes formas de uso social que esses jovens fazem do corpo, mas também as variáveis de natureza cultural e social que determinam esses distintos usos do corpo.

Entretanto, se é verdade que os jovens católicos (praticantes) e os jovens dos meios rurais se mostram mais renunciantes em relação à prática do nudismo, há largos sectores da juventude portuguesa que, pelo menos, admitem alguma vez poder vir a fazer nudismo — com larga vantagem para os rapazes, acrescente-se (quadro n.º 14). Pode mesmo dizer-se que a larga maio-

³⁴ Max Weber, *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 4.ª ed., 1979, p. 27.

Posição que a sociedade deveria tomar sobre o nudismo

[QUADRO N.º 13]

Posição que a sociedade deveria tomar sobre o nudismo	Sexo	Habitat		Estrato social			Estado civil			Posição perante a religião				
		Rural	Urbano	Intermédio	Alto/ médio alto	Médio	Baixo	Solteiro com namorado	Solteiro sem namorado	Casado ou vivendo acompanhado	Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra
Permitir	M	55,6	75,2	72,2	81,5	70,6	56,3	70,4	67,5	61,8	55,7	71,7	71,4	72,8
	F	28,7	48,4	42,0	59,8	43,2	32,3	43,7	43,8	31,3	32,8	45,5	59,7	44,6
Proibir	M	40,8	23,3	25,5	18,5	27,0	40,6	27,3	30,3	38,2	38,8	27,0	26,6	25,9
	F	63,3	49,6	56,8	38,1	55,3	59,9	52,5	54,1	64,2	60,5	53,0	39,6	54,4
N/S, N/R	M	3,6	1,5	2,2	—	2,4	3,1	2,2	2,1	—	5,5	1,4	2,0	1,3
	F	8,0	2,1	1,1	2,1	1,5	7,9	3,8	2,2	4,5	6,7	1,5	0,7	1,0

Posição dos jovens em relação ao nudismo

[QUADRO N.º 14]

«Praticar nudismo»	Sexo	Habitar			Estrato socioeconómico			Estado civil			Posição perante a religião				Posição política			
		Rural	Urbano	Intermediário	Alto/ medio alto	Médio	Baixo	Solteiro sem namorado	Solteiro com namorado	Casado ou vivendo acompanhado	Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra	Direita	Centro- -direita	Centro- -esquerda	Esquerda
Já fez.....	M	16,6	37,2	25,6	35,4	29,9	20,8	25,3	31,2	25,5	10,6	28,6	42,4	38,9	24,9	28,2	29,3	31,0
	F	2,0	9,5	5,9	21,2	5,5	3,8	5,8	10,5	0,7	1,6	6,2	19,3	19,4	5,0	7,5	8,3	6,9
Não fez, mas admite vir a fazer	M	44,3	43,1	47,3	43,9	45,8	40,5	42,7	48,1	43,7	38,5	45,9	41,8	50,5	52,0	47,4	42,1	36,3
	F	21,4	38,9	29,6	43,3	36,2	19,8	31,3	36,8	26,5	24,8	35,1	54,3	26,7	34,9	30,1	32,3	33,0
Não fez, nem admite vir a fazer	M	35,0	19,0	27,2	18,8	22,9	37,0	29,2	20,4	30,8	48,1	23,5	15,9	10,6	22,9	23,6	27,1	28,8
	F	64,8	48,1	61,0	31,3	55,1	65,1	54,8	50,1	67,8	65,1	54,5	25,3	48,4	55,5	54,9	55,4	54,4
N/R.....	M	4,2	0,7	—	1,9	1,5	1,8	2,8	0,3	—	2,8	2,1	—	—	0,3	0,8	1,5	3,9
	F	11,7	3,6	3,5	4,2	3,2	11,3	8,1	2,6	5,0	8,4	4,2	1,1	5,5	4,6	7,6	3,9	5,8

ria dos rapazes — mas em particular os que se encontram politicamente mais à direita, os católicos não praticantes, os que professam outras religiões e ateus, os solteiros, os jovens dos estratos sociais mais elevados e os residentes nas zonas urbanas e intermédias — defendem que «a sociedade deveria permitir o nudismo» (quadro n.º 13). Quer isto dizer que, dada a abertura de largos sectores da juventude portuguesa em relação ao nudismo, o corpo — tomado no sentido de representação social — está em vias de se nudificar? Estaremos, de novo, na margem natural do corpo? ³⁵

Ainda que, correntemente, o nudismo seja identificado com naturismo, não é fácil considerar o nudismo, tal como hoje o vemos (ou vivemos), uma prática naturista. E não o é por uma simples razão: o nu, na sociedade contemporânea, é um fenómeno dotado de uma forte carga cultural. O nu mostra-se ou, melhor, exhibe-se nos limites de um quadro institucional dado, onde predomina a forma, o culturismo, o bronzado, etc. O corpo, mesmo desnudado, participa na construção de uma identidade, de um reconhecimento. Se na praia aparece um nudista *lula*, como se diz na gíria dos banhistas, isto é, «branquinho», mas com os antebraços bastante queimados, pode ser identificado como camionista; se apenas da cintura para cima se apresenta queimado, pode ser socialmente identificado como operário da construção civil. Como quer que seja, as praias frequentadas por nudistas encontram-se socialmente bem demarcadas. Sem carro, por exemplo, é difícil ir ao Meco ³⁶. Não estranha, então, que sejam os jovens dos estratos sociais mais elevados os que mais se entregam à prática do nudismo (quadro n.º 14). Entre as raparigas, são também as dos estratos sociais e económicos mais elevados as que exibem o nu do seu corpo: 21,2% das jovens desses estratos fizeram já nudismo contra apenas 5,5% das jovens do estrato médio e 3,8% das do estrato social mais baixo (quadro n.º 14). Aliás, a maioria dos jovens de ambos os sexos dos estratos sociais alto e médio pensam que a sociedade deveria permitir o nudismo, pensamento que não é compartilhado pelos jovens do estrato social mais baixo (quadro n.º 13).

Sendo assim, o que se verifica na chamada prática naturista é a instrumentalização do corpo biológico como corpo social. Na sua aparência, nos

³⁵ Com efeito, o corpo humano é uma ponte estreita entre a *natureza* e a *cultura*. Mesmo usado de forma ritualizada, o corpo tem um odor natural: o corpo veste-se de fibras vegetais, de lã, de seda; come legumes, carne, peixe. Na praia, como em qualquer outro espaço público, o corpo é o cadinho, o crisol do reencontro entre a natureza e a cultura; é a base sobre a qual se fundamenta toda a acção simbólica; é o intermediário entre a Terra e o Céu, entre o real e o imaginário, entre o material e o espiritual. Contudo, muito embora o corpo se possa paisagisticamente comparar a uma ponte que une o natural ao cultural, é também comparável a uma fronteira que separa o «ser» (*natural*) do «como deve ser» (*cultural*). Ora o vestuário, ao deixar de ser um instrumento de protecção do corpo, para passar a ser um meio simbólico de reconhecimento social, marca decisivamente a passagem do natural ao cultural. Nas sociedades primitivas, o corpo repousava muito mais na sua margem natural porque o homem se encontrava mais directamente ligado à natureza, afrontando-se quotidianamente com o seu corpo, instrumento principal de protecção e sobrevivência. Cf., designadamente, Françoise Loux, *Le Corps dans la Société Traditionnelle*, Paris, Berger-Levrault, 1979. Com o aparecimento dos interditos religiosos, o corpo abraça a sua margem *cultural*, o que quer dizer que o corpo passa a estar sujeito a uma educação moral. A aprendizagem do pudor, das maneiras de «estar em público», etc., é um processo que está associado à necessidade de reprimir as manifestações «naturais» do corpo. Na educação infantil são exemplares expressões como: «Põe-te direito!», «Caminha devagar!», «Olha em frente!».

³⁶ Afamada praia, frequentada por nudistas, nas proximidades de Lisboa.

seus gestos, nas suas posturas, o corpo desnudo é um produto social na medida em que se inscreve num modelo cultural que socialmente o impõe e o ritualiza: aquele modo de bambolear o corpo, de abanar os seios e o traseiro, de mergulhar na água, etc. É nestas formas estéticas de estar em público que se manifestam as culturas somáticas, que, por sua vez, produzem os diversos usos sociais do corpo e respectivos sistemas de classificação e de valorização/depreciação (é másculo!, é frasco!, só tem banhas!, é tetuda!).

Um aspecto paroxístico do nudismo, na sociedade contemporânea, está, sem dúvida, ligado à vivência do sexo e do nu como *espectáculo*. O nudismo assume-se como uma prática espectacular com uma eficácia simbólica inegável. É o espectáculo do nu, do sexo, do proibido. É o espectáculo dum corpo pretendidamente acrisolado, puro, sem adornos artificiais — pretensão que, como atrás sugerimos, pode não corresponder à realidade. A liberalização do corpo que actualmente se vive tem pouco de natural, arrastando, pelo contrário, novas formas religiomaníacas: nutricismo, exercícios corporais, sauna e massagens, meditação transcendental, astrologia, quirologia, guias de cuidados com o corpo, etc. A neurasténica preocupação pelo corpo parece ser um traço a sublinhar fortemente o carácter narcisista da sociedade contemporânea.

A espectacular destapagem do sexo é, com efeito, uma captação da vida sexual pela ordem do espectáculo. O sexo — entidade tradicionalmente reservada para domínios privados — é, com a prática do nudismo, integrado num circuito colectivo. Nestes termos, a exibição do nu em público pode ser considerada uma *prática narcisística* — não um narcisismo espontâneo, de que nos falam os psicanalistas, mas um narcisismo dirigido por um certo controlo social, que, no caso vertente, corresponde a uma exaltação funcional da beleza nua. O corpo assume desta forma um *valor*, função de signos mediatizados por ritos de prestígio ou modelos de massa³⁷. Enquanto valor, o nu do corpo pode ser tomado como instrumento de conquista, de sedução. Com efeito, a percentagem dos jovens solteiros sem namorado/a que praticam nudismo é francamente superior à percentagem dos jovens nudistas casados ou solteiros com namorado/a (quadro n.º 14). Aliás, são os jovens casados os que mostram mais relutância em relação à prática do nudismo (quadro n.º 14). Se não se pode afirmar com absoluta garantia que sejam os jovens solteiros sem namorado/a os mais interessados no jogo da sedução, talvez sejam, pelo menos, os que mais apreciam o espectáculo do nu.

A exaltação funcional da beleza nua só é possível na medida em que a nudez não é imediata. Desapossado da roupa, o nudismo aparece (re)vestido com todo um verniz social. O nudista não é, então, um verdadeiro nu: encobre-se de vulnerabilidade, de defesas, de disfarces, de tiques. O espectáculo do nu está sempre associado à instrumentalização do corpo biológico como corpo social³⁸.

³⁷ Não é por acaso que os nudistas, contrariando a exposição «natural» do corpo ao sol, o beuntam com cremes e óleos dos mais variados índices de protecção...

³⁸ Uma hipótese interessante de desenvolver, mas que não cabe no âmbito deste trabalho, é a seguinte: será que o nudismo acarreta uma simbolização do corpo menos complexa relativamente a outras formas de utilização pública do corpo? É possível que os mistérios associados ao sexo e à sexualidade se estejam transformando, entre os jovens, num estado cristalizado em forma de corpo. É também admissível que os que exibem o corpo desnudo e os que o observam denotem uma crescente dificuldade em imaginarem o corpo em termos metafísicos, isto é, notar-se-á um empobrecimento na actividade cognoscitiva e poética de criar um símbolo a partir de um objecto físico — seja o corpo de mulher.

3.4 O CONTROLO DA RELIGIÃO SOBRE A SEXUALIDADE

Uma das variáveis que mais parecem condicionar a atitude dos jovens no que respeita tanto à sexualidade como ao casamento é a sua *posição perante a religião*. Assim, não admira que a maioria dos jovens católicos praticantes (87,2%) estejam a favor do casamento religioso. Apenas 7,2% dos jovens católicos praticantes apoiam o casamento civil, enquanto uma minoria de 2,4% alinha no chamado «modelo europeu de matrimónio»³⁹ ou na «união livre». Esta é principalmente apoiada pelos jovens ateus ou por aqueles que professam outra religião que não a católica (quadro n.º 1-a). Por outro lado, no que toca às relações sexuais, os jovens católicos praticantes, embora não ocultando uma certa vulnerabilidade à tentação do sexo, mantêm-se mais fiéis à castidade do que os restantes jovens. Com efeito, enquanto apenas 54,3% dos jovens católicos do sexo masculino tiveram alguma vez relações sexuais, mais de 70% dos jovens católicos não praticantes e mais de 80% dos ateus tiveram essa experiência (quadro n.º 15). Quanto às jovens raparigas, apenas 22,1% das católicas praticantes perderam a sua virgindade — provavelmente as casadas —, enquanto 32,6% das jovens católicas não praticantes e 47,7% das que não professam qualquer religião experimentaram já o prazer do sexo (quadro n.º 15).

Poder-se-ia admitir que os jovens e as jovens católicas comungam de uma rígida e convicta abstinência em relação a tudo o que tem a ver com sexo, ou que em relação a ele manifestam desinteresse, falta de entusiasmo. Pura ilusão. Com efeito, entre os jovens de ambos os sexos que nunca tiveram relações sexuais, são os católicos praticantes os que mais se mostram

Posição dos jovens perante a prostituição, segundo a posição em relação à religião e ao «habitat»

[QUADRO N.º 15]

«Ter relações sexuais»	Sexo	Posição perante a religião				Habitat		
		Católico prat.	Católico não prat.	Ateu	Outra	Rural	Urbano	Intermédio
Já fez	M	54,3	72,6	82,5	70,0	68,5	69,1	74,5
	F	22,1	32,6	47,7	42,4	35,6	32,6	22,0
Não fez, mas admite vir a fazer	M	37,4	22,4	16,2	23,5	24,8	25,1	23,4
	F	64,3	61,7	50,6	46,6	47,7	61,7	71,3
Não fez, nem admite vir a fazer	M	0,8	1,8	1,3	4,6	2,5	1,4	2,1
	F	5,6	1,7	—	3,0	6,8	1,6	2,3
N/R.....	M	7,5	3,2	—	1,9	4,2	4,4	—
	F	8,0	4,0	1,7	8,0	9,9	4,1	4,4

³⁹ Foi Hajnal quem começou por caracterizar o «modelo europeu de matrimónio». Uma das características deste modelo tem a ver com o facto de uma elevada percentagem de pessoas rejeitar o casamento tradicional e optar pela chamada «união livre». Cf. J. Hajnal, «European Marriage Patterns in Perspective, in D. V. Glass e D. E. Eversley (eds.), *Population in History*, Londres, 1965. Veja-se também B. Cachinero, «El Modelo Europeo de Matrimonio. Evolución, Determinantes y Consecuencias», in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 15, Julho-Setembro, Madrid, 1981, pp. 33-58.

tentados a quebrar o prolongado jejum sexual, nomeadamente as raparigas: 64,3% das virgens que assiduamente vão à missa admitem, mais tarde ou mais cedo, perder a virgindade e apenas 5,6% mostram uma férrea vontade de transportar para a eternidade ou para o leito conjugal a marca de uma pureza irrepreensível.

Para além do mais, é justo acrescentar que as jovens que regularmente vão à missa não se declaram sexualmente pior informadas do que aquelas que não estão para perder tempo em orações (quadro n.º 16). Argumentarão alguns que, na boa tradição religiosa, a verdade do sexo, pelo menos no que respeita ao essencial, parece estar fundamentalmente ligada ao confessional. O confessional seria assim uma instância de dominação da sexualidade que ali seria interrogada, questionada, confidenciada, murmurada. Será, contudo, um exagero, nos dias que correm, afirmar categoricamente que são os padres que fornecem às jovens católicas meios de conhecimento em matéria sexual. Sabemos, sim, que apenas uma pequena percentagem das jovens católicas praticantes recebem informação sexual dos familiares, dos namorados ou dos professores. Grande parte das jovens católicas praticantes (50,5%) recebem informação sexual dos amigos. As mães também aparecem frequentemente (38,7% dos casos) como conselheiras (quadro n.º 17), mas,

Informação/educação sexual recebida, segundo a posição perante a religião e o «habitat»

[QUADRO N.º 16]

A informação/educação sexual que recebeu foi	Sexo	Posição perante a religião				Habitat		
		Católico prat.	Católico não prat.	Ateu	Outra	Rural	Urbano	Intermédio
Suficiente.....	M	46,8	52,0	54,8	59,6	50,8	52,5	54,5
	F	52,9	49,0	28,0	49,9	50,8	48,5	45,4
Insuficiente	M	24,7	29,5	31,1	32,1	24,4	30,7	32,4
	F	23,4	24,6	39,2	27,9	20,7	24,0	36,2
Não recebeu educação sexual	M	24,4	15,3	13,7	4,6	18,0	15,5	11,9
	F	18,6	21,6	28,2	22,0	22,2	22,9	16,1
Não sabe/não responde	M	4,0	3,2	0,4	3,8	6,8	1,4	1,1
	F	5,2	4,8	4,6	—	6,3	4,6	2,3

francamente, nada sabemos sobre a natureza dos conhecimentos veiculados. Provavelmente, restringir-se-ão a esclarecimentos sobre menstruação, além de meia dúzia de conselhos a respeito de tomarem cuidado com os homens e com a própria virgindade.

Se bem que a maioria das jovens católicas praticantes se considerem suficientemente informadas sobre a sexualidade, o certo é que, talvez sob influência da Igreja, é à família conjugal que é atribuída a capacidade de absorver e confiscar por inteiro tudo o que tenha a ver com a sexualidade, restringida esta — bem entendido — à seriedade da função reprodutora. Talvez por esta razão, apenas 10,9% das jovens católicas praticantes usaram alguma vez contraceptivos, enquanto apenas 0,5% declararam ter recorrido alguma vez à prática do aborto (quadro n.º 18).

Como vemos, a atitude dos jovens em relação à sexualidade encontra-se fortemente condicionada pela sua atitude perante a religião. Pode mesmo

**Meios de conhecimento em matéria sexual
segundo a posição em relação à religião**

[QUADRO N.º 17]

Meios de conhecimento em matéria sexual	Sexo	Posição perante a religião			
		Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra
Irmãos	M	4,9	6,4	7,3	2,0
	F	2,2	4,1	4,3	—
Irmãs	M	2,8	0,2	—	—
	F	6,4	6,6	5,3	4,4
Pai	M	11,8	11,1	15,2	17,4
	F	13,8	11,4	11,7	3,8
Mãe	M	11,0	7,6	10,9	9,6
	F	38,7	32,1	29,4	26,9
Amigos.....	M	77,1	67,8	65,9	62,7
	F	50,5	55,6	61,9	55,5
Namorado/a.....	M	6,6	12,2	10,4	15,3
	F	9,7	15,9	18,8	30,0
Familiares	M	5,5	2,9	6,1	7,4
	F	4,5	4,0	5,3	3,2
Leitura pessoal	M	35,4	49,6	47,6	58,8
	F	32,8	33,2	31,7	36,7
Professores.....	M	4,8	5,5	12,6	6,7
	F	6,8	9,2	5,7	11,5
Experiência/prática	M	3,6	4,5	3,9	4,7
	F	1,8	4,1	8,5	—
Outros.....	M	0,8	2,6	2,0	4,6
	F	2,6	3,1	1,8	2,4

dizer-se que o papel da religião como agente regulador da sexualidade é particularmente tenaz. Contudo, quando pensamos na influência coerciva que a religião pode exercer sobre a atitude dos jovens em relação à sexualidade, não podemos, na prática, estabelecer entre elas uma relação determinista.

Seguindo de perto as teses de Foucault ⁴⁰, quer isto dizer que a sexualidade, ao encontrar-se sujeita a um poder coercivo por parte da Igreja, aparece também sob um regime binário que balanceia entre o lícito e o ilícito, entre o permitido e o proibido. Ou seja, a Igreja prescreve ao sexo uma ordem que, por sua vez, funciona como forma de inteligibilidade da sexualidade. Quando os mecanismos de censura actuam sobre o ilícito, poderão estar, ao mesmo tempo, a contribuir para a sua explicitação, para a sua divulgação.

⁴⁰ Michel Foucault, *Historia de la Sexualidad. La Voluntad de Saber*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1980, 3.ª ed., p. 101.

Estas teses podem ser relativamente confirmadas, analisando e confrontando a atitude perante a sexualidade dos jovens que habitam os meios rurais — onde ainda se faz sentir uma forte influência da Igreja em relação às questões que dizem respeito à sexualidade —, frente aos jovens habitantes dos meios urbanos, onde a sexualidade não aparece tão fortemente condicionada por imperativos religiosos.

Nos meios rurais, todos os interditos, exclusões, limites, valorizações, liberdades e transgressões da sexualidade — em suma, todas as suas manifestações — se encontram vinculados ao controlo social da aldeia ou da igreja. De acordo com os imperativos de ordem religiosa que dominam nos meios rurais, o prazer sexual é apenas tolerável para efeitos de procriação; circunscrito, portanto, ao matrimónio. O dever conjugal, a capacidade para o cumprir, a maneira de o observar, as exigências e violências que o acompanham, as carícias inúteis ou indevidas às quais serve de pretexto — tudo está prescrito pelos códigos religiosos dominantes. A própria relação matrimonial parece constituir um foco intenso de coacções.

A este modelo de família e sexualidade são os jovens católicos praticantes e os jovens habitantes dos meios rurais os que mais aderem. Não se trata de uma adesão maciça. Mas, enfim, mais de 50% dos jovens católicos praticantes e mais de 60% das raparigas católicas praticantes defendem que «a sociedade deveria proibir as relações extraconjugais» e todas as formas marginais de sexualidade: homossexualidade, sexo em grupo e prostituição (quadro n.º 19). Esta é também a posição genericamente defendida pelos jovens dos meios rurais (quadro n.º 20). Por outro lado, enquanto há uma certa abertura dos jovens dos meios urbanos, e também daqueles que têm um maior grau de instrução, às formas de acasalamento não oficiais, como a «união livre»⁴¹, os jovens dos meios rurais (78%), católicos (87,2%) e com baixo índice de escolarização (78,7%) aderem maciçamente ao casamento institucionalizado pela igreja católica (quadros n.ºs 1-a e 1-b). Finalmente, são os jovens católicos habitantes dos meios rurais e os jovens católicos praticantes que mais concordam com a afirmação segundo a qual «a relação sexual é sobretudo uma forma de ter filhos» (quadro n.º 21). Para estes jovens, o prazer sexual aparece, portanto, subordinado a efeitos de procriação. Ou seja, os pontos de vista eclesiástico e biológico têm, neste caso, posições comuns ao fazerem do sexo um simples mecanismo de reprodução.

Contudo, se a influência coerciva da Igreja se manifesta na atitude ideológica dos jovens católicos e dos jovens dos meios rurais em relação ao casamento e à sexualidade, quer isto dizer que, na prática, para os jovens habitantes dos meios rurais, a sexualidade só é reconhecida, utilitária e fecunda no leito conjugal?

Parece que não. É possível que, nos meios urbanos, os jovens experimentem uma sexualidade distinta daquela que é vivida nos meios rurais. Distinta, pois, sem ser deveras independente da temática do pecado, escapa, no essencial, às instituições eclesiásticas. É também admissível que a urbanização demográfica e cultural registada nos meios não rurais e também a difusão

⁴¹ A relativa abertura dos jovens dos meios urbanos a esta forma de vivência conjugal coloca uma questão interessante, à qual por agora não podemos dar resposta: será que esta prática aparece como forma alternativa ao casamento tradicional — religioso ou civil —, ou, pelo contrário, como uma forma de aprendizagem de vida em comum, uma fase experimental que desemboca, mais cedo ou mais tarde, no casamento tradicional?

**Posição dos jovens perante o aborto e o uso dos contraceptivos,
segundo a posição em relação à religião**

[QUADRO N.º 18]

Posição dos jovens		Posição em relação à religião			
		Católico praticante	Católico não praticante	Ateu	Outra
Aborto	Já fez.....	0,5	1,5	2,5	5,5
	Não fez, mas admite vir a fazer.....	21,9	40,4	70,3	51,5
	Não fez, nem admite vir a fazer.....	67,9	53,0	25,4	29,6
	N/R	9,7	5,1	1,9	13,4
«Uso de contraceptivos»	Já fez.....	10,9	18,4	32,0	17,0
	Não fez, mas admite vir a fazer.....	41,9	52,1	53,8	68,4
	Não fez, nem admite vir a fazer.....	31,6	22,9	10,6	3,3
	N/R	15,6	6,6	3,7	11,3

dos métodos contraceptivos (quadro n.º 22) tenham modificado relativamente o contexto das relações pré-matrimoniais — quer no que respeita à frequência das relações sexuais, quer no que se refere à coabitação pré-matrimonial, especialmente entre jovens de camadas etárias mais elevadas. Em contrapartida, a vida sexual dos jovens habitantes das zonas rurais parece, de facto, enfrentar mais dificuldades, nomeadamente porque a actividade sexual aparece apenas legitimada, como vimos, no matrimónio. Ora, segundo investigações levadas a cabo por Ana Nunes de Almeida, referidas a 1970, é na faixa litoral do continente que se concentram as maiores percentagens de jovens que casam antes dos 25 anos ⁴², o que poderá significar que o caudal de jovens celibatários é mais elevado nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Como quer que seja, coloca-se sempre a questão de saber que tipo de vida sexual experimentam os jovens dos meios rurais. A esta questão — de tal modo embaraçante que as fontes disponíveis para a investigar são raras e discretas —, duas e apenas duas hipóteses são de admitir: castidade ou fornicação. Na primeira hipótese, a consolidação do casamento tardio apareceria como corolário de um modelo de austeridade sexual. Na segunda hipótese, o casamento tardio teria outras determinantes que não a austeridade sexual.

A austeridade sexual pode muito bem estar associada à castidade, social e moralmente imposta às raparigas solteiras. Nos meios rurais, a «honestidade» das raparigas solteiras parece ser um elemento importante para efeitos

⁴² Ana Nunes de Almeida, *Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares no Continente Português: 1900-1970*, «Estudos e Documentos I. C. S. », Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1985, p. 33.

Posição que a sociedade deveria tomar sobre relações sexuais e formas marginais de prostituição, segundo a posição perante a religião

[QUADRO N.º 19]

Posição perante a religião	Sexo	Prostituição			Relações extraconjugais			Homossexualidade			Sexo em grupo		
		Permitir	Proibir	N/S, N/R	Permitir	Proibir	N/S, N/R	Permitir	Proibir	N/S, N/R	Permitir	Proibir	N/S, N/R
Católico praticante.....	M	26,3	68,6	5,0	40,1	51,9	8,0	27,6	67,3	5,2	32,7	61,8	5,5
	F	11,1	82,7	6,2	27,3	62,5	10,2	26,2	63,2	10,6	8,8	83,0	8,2
Católico não praticante	M	26,3	71,8	1,8	59,5	36,1	4,5	40,8	55,3	3,9	35,3	62,1	2,6
	F	8,1	89,3	2,5	44,3	50,6	5,0	44,2	50,7	5,1	19,9	76,5	3,6
Ateu	M	30,0	70,0	—	62,2	31,8	6,0	51,1	47,6	1,3	60,2	33,8	6,0
	F	20,1	79,9	—	61,6	33,4	5,0	67,7	31,0	1,4	34,1	63,5	2,5
Outra	M	25,7	69,6	4,7	69,0	29,7	1,3	56,8	37,8	5,4	56,4	38,2	5,4
	F	13,8	81,5	4,8	64,4	33,1	2,4	56,3	43,7	—	23,1	76,9	—

Posição que a sociedade deveria tomar sobre relações sexuais e formas marginais de prostituição, segundo o «habitat»

[QUADRO N.º 20]

Habitat	Sexo	Prostituição			Relações extraconjugais			Homossexualidade			Sexo em grupo		
		Permitir	Proibir	N/S, N/R	Permitir	Proibir	N/S, N/R	Permitir	Proibir	N/S, N/R	Permitir	Proibir	N/S, N/R
Rural	M	32,7	62,9	4,4	55,3	40,0	4,7	30,4	65,5	4,1	35,5	60,5	4,0
	F	7,5	83,2	9,3	26,0	59,8	14,2	24,8	59,9	15,3	11,7	75,5	12,7
Urbano.....	M	21,4	76,0	2,6	56,8	37,1	6,2	48,0	47,0	5,0	43,7	51,2	5,1
	F	13,0	84,7	2,4	45,0	49,8	5,1	49,5	46,5	4,0	19,1	78,2	2,7
Intermédio	M	30,4	69,6	—	61,0	36,2	2,8	44,0	54,2	1,4	45,3	52,9	1,8
	F	9,6	89,1	1,2	49,2	48,3	2,5	37,7	60,3	2,0	19,8	78,6	1,7

Posição dos jovens perante as relações sexuais, segundo a posição religiosa e o «habitat»

[QUADRO N.º 21]

«A relação sexual é sobretudo uma forma de ter filhos»	Sexo	Posição religiosa				Habitat		
		Católico prat.	Católico não prat.	Ateu	Outra	Rural	Urbano	Intermédio
Discorda totalmente	M	5,8	7,2	11,4	24,6	8,9	11,5	7,9
	F	5,4	9,4	25,2	17,7	4,8	13,7	7,4
Discorda	M	35,8	39,3	47,6	39,2	29,8	50,7	29,6
	F	30,1	50,5	37,5	51,0	24,6	47,4	46,4
Não concorda nem discorda.....	M	16,4	25,9	14,8	16,6	21,2	18,6	26,3
	F	19,8	6,8	16,6	2,0	10,4	11,6	15,8
Concorda.....	M	28,6	20,9	23,4	17,8	28,0	15,9	29,1
	F	28,1	23,2	19,7	23,8	34,4	22,0	20,6
Concorda totalmente	M	5,6	5,5	1,7	—	4,3	3,2	6,4
	F	5,2	4,8	—	—	7,2	1,7	6,4
N/S, N/R	M	7,8	1,3	1,0	1,8	7,8	0,1	0,7
	F	11,4	5,3	1,0	5,5	18,4	3,6	3,3

conjugais, e por isso se encontra socialmente vigiada. E, por ser assim, é possível que a desonra resida menos na perda de virgindade, que pode ser ocultada com relativa facilidade aos olhos da censura vigilante, do que na gravidez, muito mais difícil de dissimular. Com efeito, segundo os resultados do Inquérito, quando, nos meios rurais, uma rapariga solteira tem relações sexuais, em apenas cerca de 10% dos casos *não se importa de falar naturalmente sobre isso* (quadro n.º 23). Os próprios rapazes procuram, em cerca de 40% dos casos, que as suas relações sexuais passem despercebidas, preocupação que os jovens dos meios urbanos não evidenciam de forma tão flagrante (quadro n.º 23).

O facto de as pulsões sexuais dos jovens habitantes dos meios rurais se encontrarem sujeitas a uma maior coerção pode também dever-se à estreita relação entre matrimónio e propriedade nos meios rurais. Ser proprietário ou ter um bom quinhão de terras é uma condição necessária para contrair matrimónio. A independência económica precede o casamento. Nos meios rurais, os celibatários que nada ou pouco possuem encontram-se em oposição aos homens casados, que monopolizam não apenas o poder económico, mas também o poder sexual. Uma coisa é certa: em matéria sexual, os «casados» não podem proteger a virtude de suas mulheres e filhas sem colocarem à disposição dos celibatários um bom número de prostitutas. Ora, contrariamente ao que à primeira vista se poderia supor, é interessante verificar como os jovens habitantes dos meios rurais são mais tolerantes com a prostituição do que os jovens dos meios urbanos (quadro n.º 20). Aliás, enquanto apenas 11,4% dos jovens dos meios urbanos recorreram alguma vez à prostituição, mais de 20% dos habitantes dos meios rurais pagaram para ter relações sexuais. Por outro lado, a percentagem daqueles que admitem recorrer às prostitutas é também mais elevada entre os jovens dos meios rurais (quadro n.º 24).

Assim, se, por um lado, se pode afirmar que os jovens dos meios urbanos se mostram relativamente mais abertos à prática de uma sexualidade heterogênea, perversa, periférica (quadro n.º 20), é difícil sustentar que os jovens dos meios rurais centrem a sexualidade exclusivamente no matrimônio. É certo que nos meios rurais, e por influência da Igreja, aparecem na lista dos pecados graves o estupro, o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, a sodomia, a própria carícia recíproca. Contudo, os jovens dos meios urbanos não tiveram o condão de inventar ou descobrir vícios inéditos que os jovens dos meios rurais desconhecem. É perfeitamente admissível que estes também os desenvolvam no domínio da sexualidade periférica e de igual modo ultrapassem as barreiras divisórias entre o lícito e o ilícito. Que os jovens habitantes dos meios rurais declarem, em entrevista, não estar de acordo com a liberalização das formas marginais de sexualidade não significa que a elas não adiram. Pode dar-se o caso de se limitarem a reproduzir ao entrevistador a moral dominante e coerciva. Aliás, mesmo reportando-nos aos resultados do inquérito, é capaz de ter algum significado verificar que, por exemplo, entre os jovens habitantes dos meios rurais, 30,4% dos rapazes e 24,8% das raparigas são a favor da liberalização da homossexualidade, da mesma forma que 35,5% dos rapazes e 11,7% das raparigas o são a favor do sexo em grupo (quadro n.º 20). Ou seja, é provável que também nos meios rurais se desenvolva um mundo de perversão e de infracções, não obstante os imperativos morais dominantes.

Posição que a sociedade deveria tomar sobre o uso de contraceptivos, segundo o «habitat» dos jovens

[QUADRO N.º 22]

<i>Habitat</i>	Sexo	Contraceptivos		
		Permitir	Proibir	N/S, N/R
Rural	M	59,4	31,7	8,8
	F	53,4	29,9	16,7
Urbano.....	M	83,0	15,4	1,6
	F	82,8	15,1	2,1
Intermédio	M	74,0	23,0	2,9
	F	73,9	23,5	2,6

Aliás, dizer que, nos espaços sociais rurais, a sexualidade se encontra sujeita a um regime moral de austeridade socialmente imposto não significa que o meio social rural seja completamente «protector» desse regime. Os jovens adolescentes são, desde cedo, iniciados nos «mistérios de amor», quer através da *orelha* (e esta hipótese poderia ser devidamente comprovada estudando a distribuição das zonas dormitórias das casas das famílias rurais), quer através do *olho* (através do espectáculo familiar do acasalamento de animais domésticos, por exemplo). Os dados do inquérito acabam por mostrar que os jovens dos meios rurais não se consideram sexualmente pior informados do que os jovens citadinos (quadro n.º 16). Essa informação, mais do que nos meios urbanos, é veiculada através dos amigos, tanto no caso das raparigas como no caso dos rapazes (quadro n.º 25).

Posição dos jovens perante as relações sexuais, segundo o «habitat»

[QUADRO N.º 23]

Posição dos jovens		Sexo	Habitat		
			Rural	Urbano	Intermédio
Quando uma <i>rapariga</i> solteira tem relações sexuais.....	Procura que isso passe despercebido	M	79,7	70,7	72,7
		F	76,3	75,3	81,5
	Não se importa de falar naturalmente sobre isso	M	11,2	22,6	21,9
		F	9,9	18,1	15,6
	Não sabe/não responde.....	M	9,1	6,7	5,4
		F	13,9	6,6	2,8
Como se sente	Sente-se satisfeita.....	M	65,5	68,3	63,3
		F	45,4	57,7	52,1
	Sente que procedeu mal	M	13,9	16,0	19,7
		F	34,1	26,8	32,2
	Não sabe/não responde.....	M	20,6	15,7	17,0
		F	20,5	15,5	15,7
Quando um <i>rapaz</i> solteiro tem relações sexuais	Procura que isso passe despercebido	M	50,2	35,9	45,2
		F	55,3	41,5	45,7
	Não se importa de falar naturalmente sobre isso	M	42,6	59,7	51,8
		F	26,9	47,8	47,5
	Não sabe/não responde.....	M	7,2	4,3	3,0
		F	17,8	10,7	6,7
Como se sente	Sente-se satisfeito	M	85,3	84,6	85,2
		F	57,8	69,6	64,6
	Sente que procedeu mal	M	6,4	9,5	11,2
		F	18,2	14,5	15,5
	Não sabe/não responde.....	M	8,3	6,0	3,7
		F	24,0	15,9	20,0

Ainda no campo da austeridade sexual, cabe dizer que a percentagem de virgens é semelhante nos meios rurais e urbanos, rondando os 30% (quadro n.º 15). Enfim, é perfeitamente admissível que os jovens rurais tenham antes do casamento uma actividade sexual, não diremos regular, mas, pelo menos, esporádica. É também admissível que essa actividade revista formas diversas, para além das mais convencionadas: certos rapazes podem praticar o adultério, que tem a vantagem de permitir a imputação ao marido enganado do filho feito à respectiva mulher; outros, como vimos, recorrerão ao amor venal.

4. CONCLUSÃO

Não verificámos entre os jovens católicos uma ética sexual muito distinta da dos outros jovens. É certo que, para a maioria dos jovens católicos, a sexualidade apenas é encarada no contexto de uma relação durável, institucio-

nalizada através do casamento (católico). Contudo, e embora defendam, na generalidade, uma atitude repressiva da sociedade sobre todas as práticas sexuais fora da esfera conjugal, na prática, os jovens católicos — designadamente os não praticantes — sentem-se incitados a ultrapassar os mecanismos de censura que religiosamente apoiam.

No que respeita às atitudes dos jovens em relação à família, ao casamento e ao amor, pode concluir-se que a maioria dos jovens portugueses reconhecem a família como um meio de garantia de segurança económica. Mesmo assim, os jovens concordam, maioritariamente, que «a relação sexual é apenas uma manifestação de amor». Contudo, como tivemos oportunidade de salientar, uma significativa percentagem dos jovens casados ou vivendo com companheiro/a afasta-se desta linha. Ainda em relação aos jovens casados, também podemos concluir que não estão preparados para harmonizar, em família, uma «dupla carreira» profissional. Apesar da crescente participação da jovem esposa na vida profissional, o seu papel continua a ser claramente *familiar*, não se tendo ainda libertado das principais e mais rotineiras tarefas domésticas.

Posição dos jovens perante a prostituição, segundo o «habitat»

[QUADRO N.º 24]

«Pagar para ter relações sexuais»	Sexo	Habitat		
		Rural	Urbano	Intermédio
Já fez	M	21,9	11,4	20,2
	F	0,3	1,3	1,1
Não fez, mas admite vir a fazer	M	17,8	10,2	15,0
	F	2,3	2,8	1,1
Não fez, nem admite vir a fazer	M	56,7	76,3	63,3
	F	85,9	93,5	89,9
Não responde	M	3,6	2,0	1,5
	F	11,4	2,4	7,9

Não havendo uma divisão equilibrada de tarefas nas famílias que os jovens constituem, poder-se-ia levantar a dúvida: «Pois bem, aí temos como o amor pode tornar secundários todos esses aspectos insignificantes que se prendem com a divisão do trabalho familiar.» Nada mais equívoco do que pensar desta maneira. Com efeito, quanto mais intensa é a divisão do trabalho familiar, mais coesa e solidária é a família, mas nada nos permite afirmar que tal coesão e solidariedade sejam manifestações de «amor». Ou não é verdade que é nos jovens casais que há um maior espírito de colaboração na distribuição das tarefas domésticas que o divórcio surge, geralmente, como fenómeno mais frequente? Aliás, a Durkheim se deve a tese segundo a qual «o laço que prende o indivíduo à sua família é tanto mais forte, mais difícil de quebrar, quanto mais dividido estiver o seu trabalho doméstico»⁴³. E isto porque, ainda segundo Durkheim, as diferentes partes do agregado

**Meios de conhecimento em matéria sexual,
segundo o «habitat» dos jovens**

[QUADRO N.º 25]

Meios de conhecimento em matéria sexual	Sexo	Habitat		
		Rural	Urbano	Intermédio
Irmãos	M	3,4	6,0	8,0
	F	1,0	3,6	4,1
Irmãs	M	0,6	1,1	—
	F	6,5	7,2	3,7
Pai	M	10,4	12,0	16,3
	F	6,8	13,4	13,1
Mãe	M	8,5	7,9	12,7
	F	28,7	37,8	30,2
Amigos	M	73,9	64,3	71,3
	F	55,8	52,3	57,7
Namorado/a	M	7,5	14,5	8,7
	F	13,0	17,1	12,0
Familiars	M	4,1	4,5	5,3
	F	7,0	2,8	4,6
Leitura pessoal	M	43,8	46,1	56,6
	F	22,4	36,8	36,3
Professores	M	4,3	8,3	6,2
	F	3,6	10,2	8,1
Experiência/prática	M	6,2	4,4	1,1
	F	5,0	3,0	2,3
Outros	M	2,9	2,8	0,8
	F	7,7	0,3	3,3

familiar, na medida em que desenvolvem funções diferentes, não podem ser facilmente separadas. A divisão do trabalho familiar aparece, portanto, como uma das origens da *solidariedade conjugal*⁴⁴. O que, por outro lado, também é discutível é pretender reflectir nessa solidariedade um estado de «amor-paixão». A solidariedade conjugal é apenas um factor essencial de coesão social. E, como toda a solidariedade, também a conjugal tem um carácter moral, porque a necessidade de ordem, de harmonia, passa geralmente por ser moral. Esta solidariedade aparece entre os jovens portugueses relativamente reforçada, na medida em que, na sua grande maioria, os jovens portugueses constituem uma população essencialmente católica, sujeita a formas de conduta moralmente estabelecidas.

⁴⁴ Opina Durkheim:

Fazei regredir para além de um certo ponto a divisão do trabalho sexual, e a sociedade conjugal esboroa-se, para apenas deixar subsistir as ligações eminentemente efêmeras. [E. Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social I*, cit., p. 76.]

Quanto à posição dos pais sobre os diferentes aspectos da relação entre os dois sexos, ela encontra-se fortemente condicionada pela religião. As filhas de pais ateus têm francamente mais liberdade do que as filhas de pais que professam qualquer religião, católica ou não, tanto nas saídas nocturnas como nas idas aos bailes. Por outro lado, os pais católicos praticantes são os menos indulgentes em relação a carícias amorosas como o beijo. Contudo, como vimos, não se pode dizer, sem mais nem menos, que um forte índice de religiosidade determina uma posição escrupulosa por parte dos pais em relação aos diferentes aspectos da relação entre os dois sexos. De facto, a preocupação dos pais católicos que têm filhas é uma preocupação originada por pressão social que consiste na antecipação das represálias morais impostas socialmente.

Uma vez que os sentimentos de reprovação fazem parte de um tipo colectivo, tudo o que contribui para os abalar abala, ao mesmo tempo, um certo tipo de coesão social determinado por esses mesmos sentimentos. Eis porque, em geral, os actos que os ofendem não são bem tolerados. De um certo ponto de vista, não há razão para que uma sociedade reprima o beijo entre namorados ou o acto de as pessoas passearem de mão dada. Mas, uma vez que o pudor que estes actos produzem se tornou parte integrante de uma «consciência comum»⁴⁵ — à qual os ideais religiosos não são estranhos —, essa vontade repressiva não pode desaparecer sem que os vínculos sociais se distendam, o que vai acontecendo, como vimos, nos meios urbanos. Eis porque, do ponto de vista da moral católica ou religiosa, todos os movimentos de libertação sexual aparecem como subversivos da ordem social.

Pode portanto dizer-se, sem paradoxo, que os sentimentos repressivos que nos meios sociais mais controlados pela Igreja se desenvolvem em relação às carícias sexuais, como acontece nos meios rurais, estão sobretudo destinados a actuar sobre pessoas pudicas. De facto, uma vez que esses sentimentos repressivos servem, sobretudo, para curar as feridas feitas nos sentimentos colectivos, não podem desempenhar esse papel senão onde existam esses sentimentos e na medida em que esses sentimentos se articulem de forma solidária⁴⁶. É esta solidariedade que o pudor repressivo configura materialmente. O papel que tem na integração geral da sociedade depende evidentemente da amplitude maior ou menor da vida social que a «consciência comum» abarca e regulamenta. Ora é nos meios rurais, onde essa «consciência comum» mais se faz sentir, que ela mais cria também os laços que prendem o indivíduo à comunidade; consequentemente, mais a coesão social deriva desta causa e dela traz a marca. Apesar de tudo, como também foi demonstrado, se é verdade que a sexualidade se encontra sujeita a um poder coercivo por parte da Igreja, também é verdade que a Igreja prescreve ao sexo uma ordem que funciona como forma de inteligibilidade da sexualidade. É isso o que temos de concluir quando se demonstra que, para os jovens habitantes dos meios rurais, em relação aos quais mais se faz sentir a influência coerciva da Igreja, a sexualidade não se encontra exclusivamente centrada no matrimónio, ao contrário do que se poderia pensar. Há também nos meios rurais lugar para uma sexualidade «periférica» e oportunidades reais para superar as barreiras divisórias entre o «lícito» e o «ilícito».

⁴⁵ Empregamos esta expressão com o exacto sentido que lhe é dado por E. Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social I*, cit.

⁴⁶ Trata-se de uma «solidariedade mecânica», conforme Durkheim a definiu em *A Divisão Social do Trabalho*, cit.